



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO

RHANA BEATRIZ MAIA DE FREITAS

**A ATUAÇÃO DA MASSA CABANA NA VILA DE CAMETÁ NO GRÃO-  
PARÁ – 1823 A 1840**

**CAMETÁ – PARÁ  
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO

RHANA BEATRIZ MAIA DE FREITAS

**A ATUAÇÃO DA MASSA CABANA NA VILA DE CAMETÁ NO GRÃO-  
PARÁ – 1823 A 1840**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto.**

**CAMETÁ – PARÁ  
2018**

**RHANA BEATRIZ MAIA DE FREITAS**

**A ATUAÇÃO DA MASSA CABANA NA VILA DE CAMETÁ NO GRÃO-  
PARÁ – 1823 A 1840**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto**  
**Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tereza Cristina Ribeiro**  
**Membro da Banca**

---

**Prof.<sup>a</sup> Msc. Darcielly da Silva Cardoso**  
**Membro da Banca**

**CAMETÁ – PARÁ**  
**2018**

Dedico este trabalho as pessoas que sempre estiveram do meu lado, rezando/orando por mim, vocês foram muito importantes para que eu pudesse alcançar meus objetivos e o sonho de ser professora:

Aos meus pais, Ana Neri Ferreira Maia e Rosinaldo Pantoja de Freitas;

Aos meus irmãos, Aline Gabriele e Rhian Rodrigo;

Ao meu namorado, Jhonata Pantoja.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por esse momento especial em minha vida, pois sem eles nada disso seria possível. A meus pais, irmãos, namorado, tias e tios, avós e avô, primos e primas. Agradeço a Deus que por meio das orações de minha avó Mercedes Maia, nunca me deixou fraquejar. Gratidão ao padroeiro de Cametá São João Batista, que eu acolhi como meu protetor, ao qual, em momentos de aflição, eu sempre buscava acalento. E não poderia esquecer da minha Mãe Nossa Senhora de Nazaré que como filha sempre busquei seu amparo, carinho e proteção.

Faço um agradecimento especial para minha tia Ana Carina Maia que logo após saber da minha aprovação no vestibular em História, me incentivou a vir para Cametá de mala e cuia para realizar meu sonho: “a gente se vira para manter ela em Cametá, mas ela vai cursar a Federal”.

Da mesma forma em especial também agradeço a Jhonata Pantoja, meu namorado, que também veio para Cametá em busca da sua graduação, e assim dividiu comigo todos os momentos de felicidade, tristeza, satisfação, raiva e amor. E hoje comemora comigo essa vitória.

Gratidão a turma de história 2014, sim ela foi construída a dedo por todos os deuses do universo. Muitos passaram direto no processo seletivo, já outros como eu, nas vagas remanescentes do SISU, ou seja, ela tinha que ser composta por esses indivíduos. Prontos para aprender, muitos recém-saídos do ensino médio, já outros, algum tempo fora da escola, construíram durante 4 anos suas consciências políticas. Juntos promoveram a primeira intervenção artística no Campus, se uniram as ocupações nacionais contra o Golpe: Eu ocupei meu campus! Promoveram lutas pelas noites culturais, chocaram os “conserva” do campus Cametá com uma mostra de cinema e unidos a suas ancestralidades movimentaram Cametá com a Noite da Mandinga, marcando a nossa despedida. Obrigada a todos!

Não esquecendo do grupo de amigos que a universidade me deu de presente: Panela Quente! Amigos, agradeço pelas rodas de conversa, grupos de estudos, seminários apresentados, sempre um auxiliando o outro quando existia uma dificuldade. As manhãs,

tardas, noites e madrugadas de festas. As brigas e discussões acho que é a melhor parte da convivência. Obrigada pela felicidade em conhecer vocês!

Agradeço a instituição Universidade Federal do Pará pela promoção de uma educação superior pública e de qualidade, diante de tantas dificuldades e do golpe. A Faculdade de História por nos presentear com seu quadro de professores doutores de muita qualidade, em especial a Augusto Leal, Rosemeire Oliveira, Carlos Leandro, assim como os ótimos professores substitutos que auxiliaram muito em minha formação. Um agradecimento especial a professora Cristina Ribeiro, Sara Suliman, Ronaldo Trindade e Aline Tavares.

Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto, mesmo ela tendo ficado surpresa por minha escolha de orientação, pois ela foi muito importante na minha formação acadêmica, com os textos e autores fundamentais, assim como nas aulas práticas. Exemplo de mulher de luta que mesmo com as adversidades da sociedade machista que vivenciamos conseguiu construir uma bela carreira. Obrigada pelas aulas e discussões sobre as comunidades indígenas, quilombolas e sobre a Cabanagem. Obrigada pelas importantes orientações durante a construção desse trabalho, pelas conversas em sua casa e a ajuda na criação de coragem para que eu pudesse apresentar meu trabalho em eventos.

Obrigada a todos que participaram dessa conquista!

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo identificar socialmente a massa cabana na vila de Cametá no período de 1823 a 1840, buscando na documentação oficial, na imprensa do período e na memória do povo vestígios dessa camada popular, na perspectiva de analisar como ela era representada e quais os motivos de sua participação no movimento da Cabanagem. Tentando evidenciar como foram as ações da massa cabana na Vila de Cametá, assim como analisar essa revolução vivenciada em Cametá, para que possa ser ampliado as discussões em torno do movimento cabano. Para concretização de tais objetivos utiliza-se como apoio teórico-metodologicamente estudos de autores que discutem a temática da Cabanagem e a população que participou do movimento, como: SALLES (2015), LIMA (2009), RICCI (2006), BEZERRA NETO (2001), FERREIRA (2006) além das fontes bibliográficas: RAIOL (1970), THORLBY (1987) e DI PAOLO (1990). Acrescidos a periódicos, jornais e entrevistas que auxiliaram na identificação dos revoltosos, no seu modo de ação nas revoltas ocorridas em Cametá e o tratamento desta em relação aos participantes do movimento. Dados da pesquisa apontam que as lutas nacionalistas pela efetiva independência podem ser o início de uma organização para a Cabanagem. Assim como, identificamos socialmente a população participante da Cabanagem por meio das punições comuns que a ela era imposta. A massa cabana de tapuios, indígenas, trabalhador rural, escravos que lutou na revolução contra as arbitrariedades das autoridades, também foram usados nos corpos militares de frente de reação organizada por Cametá contra a Cabanagem. Ou seja, estavam presentes tanto na linha de frente de luta, como também foram utilizados pelos Governos para lutarem contra o movimento. Nos deparamos também com as representações da Cabanagem no imaginário do cametaense, em que muitos se orgulham do título de “cidade invicta”, mas que também possui inúmeras críticas, como o questionamento de sua construção e sua finalidade política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cametá. Cabanagem. Populares. Memória.

## **ABSTRACT**

The present work aims to socially identify the mass hut in the village of Cametá in the period from 1823 to 1840, searching in the official documentation, in the press of the period and in the memory of the people vestiges of this popular layer, with the perspective of analyzing how it was represented and the reasons for his participation in the Cabanagem movement. Trying to show how the actions of the mass hut in the village of Cametá, as well as to analyze this revolution experienced in Cametá, so that the discussions about the cabano movement can be expanded. In order to achieve these goals, it is used as a theoretical and methodological support for studies by authors that discuss the theme of Cabanagem and the population that participated in the movement, such as: SALLES (2015), LIMA (2009), RICCI (2006), BEZERRA NETO 2001), FERREIRA (2006) in addition to bibliographical sources: RAIOL (1970), THORLBY (1987) and DI PAOLO (1990). Added to newspapers, newspapers and interviews that helped to identify the rebels, their mode of action in the revolts occurred in Cametá and the treatment of this in relation to the participants of the movement. Data from the research indicate that nationalist struggles for effective independence can be the beginning of an organization for Cabanagem. As well, we socially identified the participant population of the Cabanagem through the common punishments that were imposed upon it. The mass hut of tapuios, indigenous, rural laborers, slaves who fought in the revolution against the arbitrariness of the authorities, were also used in the front military bodies of reaction organized by Cametá against Cabanagem. That is, they were present both on the front line of the fight, but also were used by the governments to fight against the movement. We are also faced with Cabanagem's representations in the imagery of the cametaense, in which many are proud of the title of "unbeaten city", but also has numerous criticisms, such as the questioning of its construction and its political purpose.

**KEY WORDS:** Cametá. Cabanagem. Populares. Memory.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRICO DE UMA REVOLUÇÃO: A CABANAGEM EM CAMETÁ .....	19
1 A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO GRÃO-PARÁ .....	20
1.1 REGÊNCIA E A CABANAGEM .....	26
1.2 CAMETÁ NA CABANAGEM .....	32
CAPÍTULO II – A MASSA CABANA NA MEMÓRIA DO POVO.....	37
2 CABANAGEM NA MEMÓRIA DO CAMETAENSE .....	38
2.1 A “CIDADE INVICTA” E A REPRESENTAÇÃO DA CABANAGEM.....	44
2.2 COMO TERMINOU A REVOLUÇÃO POPULAR DA AMAZÔNIA .....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
FONTES DE PESQUISA.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	60

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Cabanagem foi um movimento revolucionário que eclodiu na Província do Grão-Pará em 1835, logo após a implantação da Regência no Brasil. O presente estudo tem como objetivo identificar socialmente a massa cabana<sup>1</sup> na vila de Cametá no período de 1823 a 1840, na perspectiva de analisar como esta era representada e quais os motivos de sua participação no movimento da Cabanagem. Toda a Amazônia estremeceu diante da organização armada popular, que tinha como objetivo o acesso à terra, mudanças nas condições de vida e liberdade efetiva para a população das camadas excluídas desse direito. Para conseguir essa finalidade foi necessário a população pegar em armas para reivindicar a deposição das autoridades legais, assim como lutar por uma reforma no modelo de governar, isso foi representado pelo rompimento com a ordem pública estabelecida.

Com o olhar voltado ao interior da Província, Cametá<sup>2</sup> é uma importante cidade para uma efetiva análise do que foi a Cabanagem. Ela foi palco de alguns marcos importantes no período da Independência e da Regência no Brasil, sendo um a tomada da câmara municipal por revoltosos em 1824, contra a terrível tragédia do Brigue Palhaço e as medidas da nova Junta Provisória do governo. Outro momento, em meio ao governo do segundo Presidente cabano Francisco Vinagre, é a posse de Ângelo Custódio em Cametá como Presidente da Província em 1835, transformando Cametá no centro de reação ao movimento da Cabanagem.

Verifica-se que nos estudos que discutem a Cabanagem a evidente a participação de negros libertos e escravos, índios, tapuios, mulheres e trabalhador rural, todos relacionados a lugares específicos de motins, como: Acará, Santarém, Ilha do Marajó, ou a cidade de Belém centro da revolução cabana. Assim como, Cametá, que não está fora desse rol de cidades que foram tumultuadas durante a Cabanagem. Ana Renata Lima (2009) analisa algumas ações praticadas pela população na região do Acará-PA, como ocupações de terras, saques e comércio clandestino, que eram relacionadas ao banditismo no período da Cabanagem. E essas ações podem ser entendidas como componentes de diversas formas de enfrentamento ao

---

<sup>1</sup> É utilizado neste trabalho o termo massa no sentido de largo conjunto social, que constitui uma comunidade mais ou menos coesa, conjunto da população, multidão ou povo, conforme denominam os autores: BEZERRA NETO, José Maia. "A Cabanagem: A revolução no Pará". In: Pontos de História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2001 & RICCI, Magda. "Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840". Publicação dezembro de 2006.

<sup>2</sup> O município da região nordeste do Estado do Pará, Cametá está localizado às margens do Rio Tocantins, possui cerca de 3 km de extensão. A cidade de Cametá limita-se com os municípios de: Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Igarapé Mirim e Oeiras do Pará. Distância de Belém: 150 km em linha reta da capital paraense.

poder agrário, latifúndio e a forma de trabalho estabelecido. Lima identifica a terra como componente singular da cultura de revolta no período da Cabanagem (LIMA, 2009). Ou seja, o acesso à terra para a população do Acará era fundamental para sua sobrevivência, com o latifúndio isso não era possível, já que latifúndio significa concentração de terra.

Esses estudos abordam diferentes faces do movimento cabano que nos ajudam a entender um pouco da participação popular. Lima (2009) retrata esse trabalhador rural que busca melhores condições de trabalho por meio das várias formas de enfrentamento contra o trabalho compulsório, e são esses que se tornam parte da massa cabana. Trabalhadores que em momentos de tensão lutavam contra o proprietário de terra se tornando agentes de sua luta, mas que talvez não buscassem a quebra da organização social e sim modificá-la, para que pudessem melhorar sua situação de vida (LIMA, 2009).

Enquanto Eliana Ferreira (2006) analisa as mulheres dentro do movimento da Cabanagem, sendo estas sujeitas ativas em todo o período da Cabanagem. É apresentado algumas formas de participação dessas mulheres, sendo mantedoras da família enquanto os homens estavam na linha de frente da luta e espiãs dentro de uma possível rede de informações. Ou então como participantes efetivas na luta direta dentro do movimento. Outra forma era a de auxílio aos cabanos, seja com abrigo ou esconderijo de armas. Elas também reivindicavam seus direitos, pela morte dos maridos, perante o Estado por meio de requerimentos (FERRERA, 2006). Mesmo sem necessariamente terem pegado em armas ou estando na frente de batalha, as mulheres participaram de diversas formas, e não foram só as mulheres dos cabanos, as mulheres dos comerciantes e autoridades também possuíam seus meios de reivindicação na sociedade.

Já Vicente Salles (2015) trabalha com a população negra que participou do movimento cabano, escravos e libertos, grande parte da massa cabana. Trabalhadores dos engenhos paraenses, na produção de cachaça, que tiveram acesso aos ideais de liberdade vindos da Europa: Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Liberal do Porto, e que com a Cabanagem puderam impor suas reivindicações, sejam estas expressas pelas fugas ou pela luta armada (SALLES, 2015).

Além da participação de todos esses importantes personagens, entre outros, na maior revolução da Amazônia, a Cabanagem, é fundamental analisar em que organização social eclodiu o movimento, para que se possa identificar possíveis motivações, reivindicações e consequências.

Bezerra Neto (2001) relata a sociedade em que a Cabanagem eclodiu, colocando em cheque as opressões suportadas por determinadas camadas dessa sociedade. Estes buscaram de diversas maneiras formas de resistência e a Cabanagem é um exemplo disso, onde populares e marginalizados entraram no movimento com suas várias reivindicações, organizando cabanagens dentro da Cabanagem (BEZERRA NETO, 2001). Ao afirmar que existiam cabanagens, dentro da Cabanagem, conseguimos identificar que não era um movimento homogêneo, até por que os participantes do movimento vinham das diversas camadas populares e lugares. Mas, todos se uniram em uma luta, contra as opressões que sofriam, mesmo possuindo suas específicas lutas.

O Brasil e o Pará estavam dentro de uma organização social em que o poder estava nas mãos dos proprietários de terra e escravos e de comerciantes, como afirma Lima (2009), então qualquer forma de contestação a essa ordem seria imediatamente combatida, como foi o caso da Cabanagem, onde escravos, libertos e caboclos insurgiram com algumas contestações e foram fortemente atacados e combatidos (LIMA, 2009).

Para Ricci (2006) a Cabanagem é um movimento amplo territorialmente. Esta autora afirma ter existido um possível “comércio” de ideias dentro do território brasileiro e fora dele. Além de ser uma luta contra o mandonismo português, por direitos e liberdades. A rede de ideias que circulava pelo mundo naquele momento, das revoluções europeias, chegou possivelmente até os cabanos por meio de paraenses que foram estudar na Europa, como é o caso de Felipe Patroni, sem esquecer é claro dos escravos islamizados trazidos da África, que eram alfabetizados. Tudo isso fez com que os cabanos ganhassem representatividade, pois novas formas de tratamento e formas de governo chegaram ao conhecimento dessa população.

Após a apresentação de alguns estudos sobre a Cabanagem, analisando o olhar de cada autor sobre o movimento, este trabalho tem-se como objetivo geral identificar socialmente a massa cabana na vila de Cameté no período de 1823 a 1840, buscando na documentação oficial e na imprensa do período vestígios dessa camada popular, na perspectiva de analisar como ela era representada e quais os motivos de sua participação no movimento cabano. Desta forma, para entender melhor quem era essa massa cabana busca-se saber: quem eram esses cabanos anônimos? Assim será possível identificar étnica e socialmente essa população conseguindo encontrar as suas possíveis demandas e o que levou essa população ir contra a ordem. Nesses momentos de revolta, como as lutas pela efetiva Independência do Brasil ou na Cabanagem, há a participação popular e é essa população que pretendo identificar, buscando quais suas ocupações e o que as motivou participar do movimento cabano.

Talvez seja intrigante para os estudiosos e para os paraenses entenderem como parte da população pobre aderiu ao movimento revolucionário da Cabanagem, sendo este arquitetado por uma elite paraense, que detinham prestígio na organização social do período, unida as camadas populares com o intuito de mudar a forma de governar. Mas, será que essa população não teria sua própria consciência política de luta, possuindo a noção de por que lutavam? Não sendo então algo tão extraordinário essa união.

Para o melhor entendimento dessa relação foi analisada a obra de Domingos Antônio Raiol (1970), referência quando se trata de estudos sobre a Cabanagem, mesmo sendo o olhar de um participante da elite paraense, amante da legalidade. Os antecedentes da revolução cabana, lutas pela independência, lutas de efetivação da independência e lutas pelo fim das arbitrariedades promovidas pelo Estado, são analisadas a partir do olhar deste autor, em que mesmo sendo a visão da legalidade é possível identificar a massa cabana e suas ações para alcançar seus propósitos.

Desta forma, cada um dos estudos sobre a Cabanagem nos ajudam a compreender a massa popular participante do movimento de forma ampla, enquanto este trabalho pretende buscar a especificidade da população cametaense, e não cametaense, que participou da Cabanagem como forma de luta por melhores condições de vida, ou mesmo dentro da luta contra o movimento cabano.

Partindo desse pressuposto, este trabalho, trará sua parcela de contribuição para historiografia brasileira e paraense no que se refere a estudos sobre as participações populares em revoltas, pois ajuda a evidenciar as cidades paraenses participantes de movimentos revoltosos. Cametá é um local de extrema importância para novos estudos sobre Cabanagem e esse novo olhar para encontrar as ações da massa cabana que participou do movimento ajudará a explicar a Cabanagem vivida em Cametá e suas especificidades.

Como relevância acadêmica está se tentando evidenciar como foram as ações da massa cabana na Vila de Cametá, assim como analisar essa revolução vivenciada em Cametá, para que possa ser ampliado as discussões em torno do movimento cabano. Deixando um pouco de lado a “história dos vencedores”, da “cidade invicta<sup>3</sup>”, buscando reconstituir vestígios desse passado através da história dos cabanos “vencidos”. Estudamos com entusiasmo outros movimentos de revolta ocorridos no Brasil, mas negligenciamos o ocorrido em “nosso

---

<sup>3</sup> Título dado a Cametá por sua bravura diante das ações cabanas, que em defesa da ordem pública levantou a bandeira da legalidade. Com as estratégias militares de padre Prudêncio Tavares manteve-se fora das invasões cabanas, passando a ocupar um lugar de destaque na história. Conforme o autor: TAMER, Victor. “Chão Cametaense”. Belém: 1998.

quintal”, a Cabanagem possui sua relevância para o Estado Pará, sendo assim é de suma importância conhecer um pouco mais sobre a Cabanagem que em plena Regência estremeceu o Brasil. Buscando esse conhecimento através da pesquisa dessa população que participou do movimento, com auxílio de literaturas como, Bezerra Neto (2001), Lima (2009), Barbosa (1999) e Ferreira (2006).

Para concretização de tais objetivo utiliza-se como apoio teórico-metodologicamente estudos de autores que discutem a temática da Cabanagem e a população que participou do movimento, como: SALLES (2015), RICCI (2006), FERREIRA (1999), assim como de fontes bibliográficas, como: THORLBY (1987), RAIOL (1970) e DI PAOLO (1990). Sendo analisado também periódicos e jornais, que auxiliam na identificação, dos revoltosos no seu modo de ação nas revoltas ocorridas em Cametá e o tratamento desta em relação aos participantes do movimento. Desta forma, além da análise de documentos oficiais existentes no Arquivo Público do Pará, os periódicos da imprensa do período, disponíveis na biblioteca Arthur Viana, assim como documentos disponibilizados pela diocese de Cametá.

A história da Cidade de Cametá disponibilizada pelo Arquivo da Diocese de Cametá, assim como sobre o período da Cabanagem, é composto pelos Apontamentos Históricos de Cametá, retirados da Cronologia Eclesiástica de D. Alberto Gaudêncio Ramos; D. Romualdo de Souza Coelho de Artur Cezar Ferreira Reis, Noções da História do Brasil e do Pará de Jorge Hurley, dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará e dos Livros de Casamentos, de Batizados, de Atas do Apostolado e da Confraria de S. Benedito e das Mercês da paróquia de Cametá, como também de D. Antônio de Macedo Costa e de D. Antônio de Almeida Lustosa.

Durante a pesquisa no arquivo da diocese algo chamou atenção, foi o fato de alguns documentos que tratavam sobre outras localidades e igrejas próximas à Cametá acabarem no ano de 1790 e somente recomeçarem em 1840, quase nunca possuíam o período que compreende a Cabanagem, existindo esse período somente nos apontamentos históricos específicos de Cametá. É como se essas localidades não tivessem vivenciado a Cabanagem ou então a documentação foi perdida com o tempo.

Então questões aparecem: O que aconteceu com os documentos? Eles existem? Estão em outro lugar? Foram perdidos com o tempo? Não obtendo respostas para essas questões, admito que essas dificuldades fazem parte do ofício de um historiador. Portanto, para compor melhor o histórico de Cametá no período pesquisado foi necessário ir em busca de outras fontes e em outros locais como a Arquivo Público do Pará.

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, analisando as obras de estudiosos que já se ocuparam de questões referentes a temas relacionados a Cabanagem, e que estão contribuindo com suas respectivas discussões na constituição deste estudo. Neste sentido, há um cruzamento com a análise documental de fontes primárias, como: os documentos oficiais e periódicos da época, existentes no Arquivo Público do Pará e disponibilizados pela diocese de Cametá, para que seja possível identificar vestígios das ações da massa cabana na cidade de Cametá no período de 1823 a 1840, na perspectiva de analisar como a massa popular cabana era representada e quais os motivos de sua participação no movimento cabano.

É feita também a análise de memórias, através do trabalho “A Cabanagem na Fala do Povo” do padre Tiago Thorlby (1987) que possui entrevistas de alguns cametaenses e elas foram analisadas para que fosse possível entender a Cabanagem pelo olhar do povo. Ao trabalhar a memória como objeto de pesquisa para encontrar quem era a massa cabana, algumas problemáticas aparecem, como: O que é memória? De que forma trabalhar com a memória? Jeanne Gagnebin comenta sobre o ofício do historiador frente ao uso da memória:

O historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. [...] Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (GEGNEBIN, 1998 p. 221).

É possível afirmar que esse trabalho também é uma luta contra o esquecimento, assim como uma conscientização sobre a apropriação da história por autoridades políticas. Analisando a memória dos entrevistados e os trabalhos sobre a Cabanagem é possível, como diz a autora, manter viva a memória dos sem-nomes. Há diversas formas de se fazer esquecer e também fazer lembrar o que convém, então ouvir os ecos das vozes desses cabanos quase esquecidos por meio de um título de invencibilidade é a tarefa de uma historiadora.

Michel Pêcheux fala um pouco sobre o que é a memória:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polemicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010 p. 56).

A história da Cabanagem em Cametá vivenciada através das memórias e relatos orais estão repletas de conflitos, continuidades, discursos e contra discurso, como diz o autor. A

memória não é algo estável ou imóvel, mas sim um local de criatividade que pode ser certamente modificado e apropriado pelos detentores da construção do imaginário da cidade, como é o caso do título de “cidade invicta” que muitos possuem orgulho, mas que foi construído por uma elite local com o intuito de valorizar as ações militares de padre Prudêncio Tavares contra as camadas populares (BARBOSA, 1999), já que para que a frente de reação pudesse ser efetiva, alguém deveria “pagar o preço”. E foram os escravos, tapuios, negros libertos que sofreram as consequências para que a ordem fosse estabelecida.

Este trabalho está dividido em dois capítulos, busquei de forma simples pesquisar e analisar a Cabanagem dentro e fora de Cametá, para que o objetivo determinado fosse alcançado. O primeiro capítulo trata de um histórico da revolta, ou seus antecedentes, o que se pode encontrar em lutas anteriores à Cabanagem, possíveis gêneses do movimento. Então, todos os enfrentamentos ocorridos na capital e nos interiores da Província pela Independência do Brasil e posteriormente sua efetivação são analisados tentando dessa forma também identificar a população que promoveu essas “perturbações de ordem”. Ao chegar na Regência do Brasil somos surpreendidos com o movimento cabano, um tanto desorganizado, mas que com a morte de seu principal líder cônio Batista Campos se transforma na maior revolução da Amazônia. É analisado minuciosamente a participação de Cametá em cada episódio desse, seja ela estando a favor ou como oposição a essas ações. Cametá sendo uma grande exportadora de cacau, economicamente influente, tudo o que acontecia ao seu redor ou na própria vila tinha consequências em vários lugares.

O seu posicionamento contrário ao movimento cabano rendeu a Cametá um importante destaque até hoje lembrado. Então esse mesmo destaque é dado neste trabalho, para que se possa entender melhor a revolução, as articulações de relutância ao movimento, que são analisadas e discutidas com os autores que trabalham a Cabanagem em Cametá, as ações do famoso padre-militar Padre Prudêncio Tavares, assim como sua organização política e militar para a manutenção da repressão da Cabanagem.

No segundo capítulo são analisadas as entrevistas de cametaenses, disponibilizadas pelo trabalho do padre Tiago Thorlby (1987), para identificar a Cabanagem por meio da memória do povo. Conseguimos encontrar possíveis razões para o movimento cabano, assim como quem eram esses cabanos e seus líderes, através do que os entrevistados ouviram de seus pais e avós. As memórias estavam repletas da forma com que a Cabanagem foi popularizada, um movimento anarquista cheio de sanguinários e ladrões, mas também

encontramos quem não concorde com essa visão, reiterando o mínimo de legitimidade as lutas cabanas.

Dessa forma conseguimos chegar a “Cidade Invicta”, título “entregue” a Cameté por sua bravura contra os cabanos. Pelo imaginário construído, Cameté nunca foi invadida pelos cabanos graças as articulações militares de padre Prudêncio Tavares. Unida a outras vilas Cameté conseguiu ser o centro de rechaço da Cabanagem, se tornando refúgio de várias famílias ricas durante o período da revolução. Essa representação é a principal lembrança apresentada pelos entrevistados de Tiago Thorlby (1987), quando o assunto é Cabanagem, mesmo que o título de “cidade invicta” tenha sido uma invenção da elite intelectual e política, da época pós Cabanagem e na atualidade, é algo valorizado. Há muitas críticas por trás desse título, pois cria uma invisibilidade sobre os que sofreram para que Cameté tenha se tornado defensora da legalidade, sobre as arbitrariedades e violências cometidas por padre Prudêncio Tavares em nome da “ordem”.

Nas memórias dos entrevistados de padre Tiago Thorlby (1987) é possível ainda alcançar o fim da Cabanagem, sem muitas explicações claras, simplesmente “se acabaram”. Talvez para a maioria da população, não participante do movimento, tenha sido assim mesmo o término da Cabanagem “do nada” eles desapareceram, mas que na verdade foram caçados e assassinados pelo Estado, em números praticamente um genocídio. Para se fazer essa análise utilizo a obra de Di Paolo (1990), referente aos momentos finais da Cabanagem. Inúmeras foram as resistências do movimento cabano pelos interiores, depois da saída da capital, da mesma forma o aumento das vilas contrárias a Cabanagem, muitas seguindo os passos de Cameté. Esta passou a servir de exemplo tanto para o governo da capital como para os do interior de como combater os cabanos. A pauta de luta da Cabanagem que era contra o trabalho compulsório, punições arbitrárias, prisões sem provas, entre outras, foram utilizadas como artifícios de combate ao próprio movimento, certificando que essas ações eram de uso comum do Estado contra a população que contrariassem a ordem (RICCI, 2006).

Foi se construindo logo após o fim da Cabanagem uma amnesia histórica, além de “exterminar” os revolucionários, era necessário que o resto da população sobrevivente esquecesse aquele episódio, ou então, lembrasse que a legalidade tinha restabelecido a ordem. As ações dos governos foram conjuntas em apagar qualquer vestígio da Cabanagem, as coisas que eram exaltadas tinham relação com a história dos vencedores, um exemplo disso é o título de “cidade invicta” de Cameté.

Com os trabalhos sobre a Cabanagem e as memórias dos entrevistados foi possível reconstituir o histórico de luta desse movimento, não mais valorizando somente seus líderes, e sim a massa cabana que pegou em armas por suas reivindicações, assim como as localidades do interior que foram importantes para que a Cabanagem ganhasse forma.

## **CAPÍTULO I**

### **BREVE HISTÓRICO DE UMA REVOLUÇÃO: A CABANAGEM EM CAMETÁ**

## 1 A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO GRÃO-PARÁ

Muitos acontecimentos ocorridos em 1823 e nos anos seguintes no Grão-Pará podem ser analisados como antecedentes da Cabanagem. O período de ápice do esgotamento dos populares em relação a sua situação econômica, social e política diante das arbitrariedades dos legalistas portugueses foi a Cabanagem. “A Cabanagem é a última etapa de um processo revolucionário que se iniciou antes da Independência [...] e explodiu doze anos depois, em 1835” (SALLES, 2015 p. 41). A obra de Domingos Antônio Raiol será utilizada como fonte nesse primeiro capítulo para que se possa entender e analisar melhor todos esses eventos, mesmo ela sendo o olhar da legalidade de um homem de posses que compartilha dos estereótipos da elite paraense da época.

O Brasil estava vivendo um momento de excitação em relação a proclamação da Independência por D. Pedro I. Belém, assim como o resto do território brasileiro, ainda vivia sob total controle de portugueses, ainda mais por que mantinha contato direto com Portugal. Houve algumas experiências de adesão a Independência do Brasil, contudo muitas delas foram frustradas por conta do poderio português sob os revolucionários brasileiros. Uma das primeiras tentativas de proclamação da Independência no Grão-Pará foi em 14 de abril de 1823, está fez com que o pavio fosse aceso para a organização popular contra a opressão portuguesa. A casa de João Balbi foi o ponto de concentração dessa ação, sendo arquitetado de que forma iria ser tomado cada regimento militar de Belém. Mas, durante a ação o Major Francisco José Ribeiro decidiu não acompanhar a proclamação e declarou: “o terceiro regimento não queria a Independência do Brasil!” (RAIOL, 1970 p 31).

Essa ação fracassou, tendo seus organizadores presos na Fortaleza da Barra e na cadeia pública. Alguns participantes conseguiram fugir, João Pocidônio, Brás Odorico e João Pereira da Cunha e buscaram refúgio em Muaná – costa ocidental da Ilha do Marajó – está surge como palco do primeiro grito de Independência no interior do Norte do Império. Junto com José Pedro de Azevedo no dia 28 de maio de 1823, é realizada a Adesão de Muaná à Independência do Brasil. O governador das armas da capital fez marchar para a vila o terceiro regimento, que somente depois de quatro horas de fogo conseguiu sufocar a revolução. Os participantes desse ato foram presos, levados a capital para serem humilhados e escarncidos por portugueses partidários da metrópole. (RAIOL, 1970). Para a população a proclamação da Independência no Pará seria a única forma de aquisição das rédeas do governo, assim como, era a esperança para o fim do seu sofrimento, populações que viviam subjugadas aos mandos

português. As localidades do interior surgem, como Muaná, servindo de pontos de resistência, tendo a maioria da população nativa, possivelmente essa noção ou sentimento de pátria fez diferença nas lutas pela Independência.

Com a chegada em Belém do capitão-tenente John Pascoe Greenfell, a bordo do brigue de guerra Maranhão, para proclamar a Independência – pacífica ou não – transforma as intenções dos partidários da metrópole. Então, em 15 de agosto Belém adere a Independência do Brasil. A nova forma de governo logo foi preparada pela eleição do governo civil, assim como também o juramento à Independência e ao Imperador, sendo eleito Félix Clemente Malcher capitão do segundo regimento de milícias, personagem importante posteriormente para a eclosão da Cabanagem.

Em 15 de outubro ocorre a organização de um golpe exigindo a demissão e deportação para Portugal dos funcionários da junta provisória eleita contrários a Independência, assim como, declarar o Cônego Batista Campos o novo presidente da Província. O próprio Batista Campo e outros membros da junta provisória foram utilizados como moeda de troca para as reivindicações dos revoltosos que queriam armamento, munições, e a efetivação da Independência, pois ainda estavam sob poder de portugueses o setor político e econômico da capital. Com as reivindicações atendidas, Batista Campos estando presidente tenta organizar e reestabelecer ordem pública, para conter a euforia e os excessos do povo pediu ajuda ao capitão John Greenfell, que ainda se encontrava em Belém. O capitão decidiu prender todas as pessoas que estavam na rua ou em casas suspeitas, além de prender o próprio Conego Batista Campos, com a acusação de instigador da desordem. Das pessoas presas cinco foram escolhidas aleatoriamente de cada regimento envolvido para serem espingardeados<sup>4</sup> sem julgamento e Batista Campos foi preso na boca de um canhão para confessar seus crimes, tendo sua vida poupada pela intervenção da população e de outros religiosos (RAIOL, 1970). Todas as formas de enfrentamento foram utilizadas pela população para a lutar contra a concentração do poder nas mãos dos portugueses, que mesmo com a Independência do Brasil o cenário pouco mudou.

Os outros presos durante essa tentativa de golpe, um total de 256 soldados, foram recolhidos do dia 17 a 22 de outubro de 1823 para o Brigue Palhaço (RAIOL, 1970). Sendo este episódio conhecido como a tragédia do Brigue Palhaço, em que na manhã do dia 22 foram encontrados 252 soldados mortos no porão em meio a água salubre, cal e calor, apenas 4 saíram com vida. A opinião pública não se calou diante do acontecido, em várias

---

<sup>4</sup> Espingardeados, significa que foram mortos por espingarda.

localidades do interior a população organizou motins em represália as decisões tomadas pelo governo da capital. Não só a situação econômica e social da população era um problema, mas as variadas formas de injustiças e impunidades praticadas pelo governo para com ela, um exemplo é a tragédia do brigue Palhaço e as prisões sem provas.

Todos esses acontecimentos representam a insatisfação da população, seja ela pobre ou abastada da região, com a forma de governo promovida pelos portugueses que em nada melhorava a vida da sociedade paraense daquela época. A forma de colonização implantada na Amazônia foi de extração de matéria-prima para a exportação que somente beneficiava os grandes comerciantes e detentores de fortunas, e estes em sua maioria eram portugueses ou descendentes, não tendo espaço para o proprietário local, ou para o pequeno agricultor e muito menos para os trabalhadores comuns que estavam sujeitos ao trabalho escravo e compulsório. Essas situações são exploradas dentro da obra de Raiol, até em certo momento ele também se indigna com esse governo que promove tragédias, mas sua posição na sociedade faz com que não passe de uma análise superficial, que as vezes privilegia a legalidade e os detentores do poder.

Cametá adere à Independência do Brasil em 28 de setembro de 1823, sendo a primeira vila a aderir logo após a capital (RAIOL, 1970). Cidadãos armados, um total de 289, invadem a câmara municipal, estes depuseram os magistrados lusitanos em uma assembleia popular e elegeram no lugar magistrados nativos da vila:

“A 28 de setembro novos acontecimentos quebravam a paz em Cametá. [...] Antes das 7 da noite, 289 cidadãos armados e municados, apresentaram-se na câmara. Foram depostas as autoridades lusitanas por uma assembleia popular. [...] elegendo do povo novos magistrados (Raiol, “Motins”, I pgs. 93 a 96 e 326/327. Códice 405)”. (Apontamentos da História de Cametá - Arquivo da diocese de Cametá).

Esse posicionamento forte de Cametá faz com que ela organize também a represália contra o governo da capital, assim como em outros lugares do interior, organizando uma nova junta provisória, diante da revolta da população com a tragédia do Brigue Palhaço, bem como para defender a Independência, pois na capital a antiga junta provisória havia sido restabelecida com maioria de portugueses. Por conta dessa ação é enviado à Cametá uma expedição, com uma escuna<sup>5</sup> e uma barca artilheira, de repressão aos organizadores. Antes de ocorrer uma comunicação ou resistência do governo instaurado ocorre um confronto, mas Cametá resistiu bravamente (RAIOL, 1970).

---

<sup>5</sup> Embarcação de dois mastros.

Os confrontos continuaram até o bombardeamento da frente de Cametá pelas tropas do capitão Joaquim José Jordão:

“De Belém mandou-se um flotilha de guerra contra Cametá, comandada pelo Capitão Jordão, da tropa miliciana e o tenente Vitor James Subrá, chefe da força naval. Em princípios de novembro fundearam de frente de Cametá, que foi bombardeada de modo mais infrutífero. A população abandonou a vila. [...], Mas isto tudo só dentro da zona urbana, pois na zona suburbana os patriotas mantinham suas posições”. (Apontamentos Históricos de Cametá - Arquivo da diocese de Cametá)

Buscando a massa popular que participou do movimento da Cabanagem em Cametá, essa revolta chama a atenção, por ter seu início após a adesão do Pará a Independência do Brasil, misturada com a indignação frente ao episódio do Brigue palhaço e a busca da população pela efetivação da Independência (BEZERRA NETO, 2001). Esses acontecimentos são analisados neste trabalho como possíveis gêneses da eclosão da Cabanagem, são os primeiros sinais de uma organização popular que assume o governo legal em forma de protesto para lutar por suas demandas.

Vicente Salles (2015) analisa a população negra que participou do movimento cabano, escravos e libertos que trabalhavam nos engenhos paraenses, na produção de cachaça, estes tiveram acesso aos ideais de liberdade vindos da Europa e com a Cabanagem puderam impor suas reivindicações, sejam estas expressas pelas fugas ou pela luta armada. Nessas ações de revolta popular é encontrado uma significativa participação de negros, livres e escravos, de alguma forma esses momentos representam a sua luta diária pela sobrevivência e a resistência negra pela reconquista de sua efetiva liberdade (SALLES, 2015).

“Bandos de negros tinham posto Cametá em tremendo sobresalto. A junta provisória do governo civil atendendo às solicitações da camara municipal/ de Cametá providenciara para evitar maiores desassocegos. Para Cametá seguiu, devidamente equipado, o capitão Joaquim José de Jordão. Este encontrou a vila alarmada e como que impotente ante a desenvoltura de um grupo de desocupados e desertores. Jordão prendeu-os, como a camara oficiou a 30 de agosto à Junta de Belém. (Códice 405, da B. A. do Pará) ”. (Apontamentos Históricos de Cametá - Arquivo da diocese de Cametá).

Identificamos no trecho do documento alguns revoltosos: negros, populares e desertores participando do movimento, estes últimos sendo mal vistos pela sociedade por deixarem seu posto militar. Enquanto os outros participantes já eram socialmente marginalizados na estrutura social. Ainda vivia no Brasil a economia de exploração da

compra e venda de trabalhadores escravos indígenas e trazidos da África, ou seja, os negros eram imediatamente relacionados a escravidão, se não eram alforriados, eram fugidos. A condição de vida de um liberto, índio ou negro, não era favorável, estavam jogados a própria sorte, concentravam-se nas cercanias das cidades marginalizados socialmente. (SALLES, 2015). A camada popular estava sujeita a toda forma de negligência do Estado, ainda mais sendo negros libertos e indígenas aldeados, sempre ocupando as periferias das cidades por conta das diversas formas de higienização promovidas no centro das cidades, voltadas para circulação da elite, sendo reservada aos populares alguns espaços de comercialização.

Retornando a represália criada por Cameté em frente a tragédia do Brigue Palhaço e as injustiças cometidas pelas autoridades, essa situação acirrou os ânimos e para ajudar na pacificação de Cameté foi chamado o Bispo diocesano de Belém Dom Romualdo de Sousa Coelho, natural da vila. O governo cametaense enviou um ofício à junta provisória da capital com suas condições de paz, “a situação tornava-se crítica sem a proteção da esquadra (de John Greenfell), a junta de governo provisório foi obrigada a ceder à exigência dos revoltosos, e uma delas era a demissão dos funcionários portugueses dos cargos públicos” (BEZERRA NETO, 2001 p. 87). Com suas reivindicações atendidas o motim em Cameté se encerrou com um tom de vitória parcial para os nativistas (PALHETA, 2009). A população que tomou a câmara municipal, que teve algumas de suas reivindicações atendidas, contra o poder bélico do governo se dispersa pelo interior da vila para salvar sua vida. Seria esse momento um dos embriões de outra revolta, a Cabanagem, que somente eclodiria em 1835?

Cameté é cenário de mais uma revolta em luta pela efetivação da Independência. Em 26 de abril de 1826 o soldado Antônio Vieira Barbosa organiza uma ação para tomar o controle da Vila, com o intuito de expulsar desta os portugueses que ainda detinham o controle político e comercial. Se organizou então na capital uma expedição em direção a Cameté para reprimir e prender os revoltosos. O conhecimento da região e sua organização fez com que eles conseguissem derrotar a expedição fazendo uma forte resistência. Mas, em um momento de descontração, com uma articulação premeditada, um dos sargentos presos durante o confronto conseguiu neutralizar os revoltosos, mas o líder Antônio conseguiu fugir. (RAIOL, 1970). Mais uma revolta foi sufocada em Cameté, com o intuito de implementar efetivamente a Independência em favor do povo brasileiro. Novamente o popular é personagem principal e a tomada do governo legal usada como forma de confronto, ainda vivia um modelo de Estado que não modificava os privilégios existentes do branco português, ou seja, o discurso de uma total independência do controle de Portugal não era efetivo, sendo

praticamente um sentimento construído pelos brasileiros, e Cametá foi um exemplo de luta pela libertação do povo.

## 1.1 REGÊNCIA E A CABANAGEM

A Regência é criada como lei, após a abdicação de D. Pedro I, por conta da menor idade do novo imperador no dia 12 de agosto de 1834. Ocorre a descentralização do poder por meio das Assembleias Legislativas Provinciais, está notícia foi recebida com um ar de esperança e prosperidade nas províncias. (RAIOL, 1970). O momento é outro, a luta não mais pela efetivação da independência e sim a busca da autonomia de cada região que a lei da Regência promovia.

O jornal Sentinela Maranhense na Guarita do Pará tinha como redator Vicente Ferreira Lavor Papagaio, natural do Ceará, que era defensor de algumas ideias republicanas e crítico a forma de governar a província e do governo de Lobo de Sousa, buscava em solo paraense frutificar suas ideias tendo apoio de Batista Campos. Desmoralizava em seu jornal o sistema monárquico e a regência tentando subverter a ordem (RAIOL, 1970). Batista Campos passou a se aliar as inimizadas de Lobo de Sousa, como Felix Malcher, tendo também a ajuda do jornal de Lavor. As publicações no jornal não ficaram livres do controle e censura do Estado, sendo expedida uma ordem de prisão a Lavor por conta de sua posição política.

Há duas edições do Sentinela Maranhense disponíveis na Biblioteca Arthur Viana – número 59, 26 de setembro e 60, 04 de outubro de 1834 – uma delas apresenta uma troca de cartas entre o Cônego Batista Campos e o ex-presidente Joaquim Machado de Oliveira, publicadas no Publicador Amazonense. Os partidários do filantrópico, assim como o redator reclamavam em meio as cartas da falta de postura moral e de pulso firme de Machado de Oliveira para governar a província, ainda mais por que era aliado do partido. Os insultos trocados eram relacionados a duas formas diferentes de governar já vivenciadas no Pará, retorno a dependência de Portugal e a concretização da Regência, em que o ex-presidente era acusado de restaurador e Batista Campos como libertador da pátria.

Ocorreu uma busca por provas na casa de Batista Campos por conta da ordem de prisão, já que Lavor morava com ele, essa atitude revoltou os populares que tinham grande apreço pelo Cônego e logo inflamou a chama revolucionária. (RAIOL, 1970) Lavor dessa perseguição consegue fugir para o Acará, para a fazenda de Félix Malcher, e logo chegou a notícia de uma ordem de prisão contra Batista Campos e que uma expedição estaria indo em direção da fazenda. Então, Angelim foreiro<sup>6</sup> de Malcher – viaja pelos sítios em busca de

---

<sup>6</sup> Recebe propriedade em contrato perpetuo, hereditário.

peessoas para guardarem a propriedade, assim como vinha arrecadando vários objetos bélicos para a defesa da fazenda. Essas articulações entre as inimizades de Lobo Sousa é o início de uma organização dos líderes do que seria a Cabanagem. Tudo se encaminhava para um confronto bélico, entre forças do Estado e os populares na região do Acará.

José Maria Nabuco de Araújo era o comandante da expedição do dia 19 de outubro de 1834 para a fazenda de Félix Malcher, assim como da ordem de prisão de Batista Campos, de Lavor e do próprio Malcher. A expedição foi intimidada, mas Nabuco pensou que sua retirada seria um sinal de covardia. (RAIOL 1970). A força do governo, então organiza um acampamento, este é invadido durante a madrugada por um grupo sob comando de Antônio Vinagre, Eduardo Angelim e seu irmão Geraldo Francisco Nogueira, Nabuco é assassinado por Angelim e sua cabeça decepada por Geraldo, e seu corpo é sepultado na capela da fazenda de Malcher. (RAIOL, 1970). Ações desse tipo foram identificadas como vingança e barbárie, o próprio Antônio Raiol explica que Angelim tinha sido preso por Nabuco, então seu assassinato seria uma vingança. Se inicia assim o confronto entre populares e o governo legal, uma contínua perseguição de “gato e rato”, até a tomada de Belém.

Uma nova expedição parte da capital em direção a fazenda Acará-açu, mais bem armada para conter o povo organizado, o comando estava com o coronel Marinho Falcão e do capitão James Inglis. Poucos foram os guardas nacionais que se apresentaram voluntariamente para a expedição. “Houve mesmo sintomas de manifestos de indisciplina e insubordinação. Alguns se declararam sem reserva infensos ao governo dizendo que não marchariam contra seus irmãos! ” (RAIOL, 1970 p. 517). Até mesmo dentro do corpo militar já estava aparecendo os sinais de esgotamento do governo de Lobo de Sousa, sendo estes militares pertencentes as camadas populares, que eram chamados ao serviço militar por recrutamentos voluntários, quase que obrigatórios.

Mesmo com essas dificuldades a expedição chega ao Acará e encontra em uma das margens do rio um grupo de revoltosos. Se inicia um tiroteio com descargas de mosquetaria<sup>7</sup>, nesse tiroteio morre o coronel Falcão. A expedição chega a fazenda Acará-açu dia 28 de outubro, com a substituição do coronel pelo major Monte Rozo, este sem dificuldades desembarca no porto da fazenda. Ninguém foi encontrado nas imediações da propriedade, casas e senzalas, Inglis então decide incendiar toda a fazenda deixando a salvo somente a capela, tudo foi comido pelo fogo. (RAIOL, 1970)

---

<sup>7</sup> Mosquetaria: um tipo de arma de fogo.

O povo que estava na fazenda se retirou para um outro rio, fugindo da força do Governo e logo se dispersou pelo interior, Malcher seguiu para o rio Castanhal. No dia 3 de novembro Malcher é encontrado e preso, também estavam com ele Manuel Vinagre e os irmãos de Angelim, no meio da ordem de prisão Manuel Vinagre é morto pelo Juiz de paz do Acará, que antes tentou matar Malcher, sendo contido por Rozo. (RAIOL, 1970). Os resultados da expedição foram a nova ordem de prisão contra Batista Campos, Angelim e aos Vinagre, enquanto Malcher foi remetido à Fortaleza da Barra e os outros presos a cadeia pública. Estarem presos não tinha um bom significado, já que “as cadeias eram os espaços de espera do castigo, que normalmente era público e servia para o expurgo da pena” (RICCI, 2006 p. 529).

O cônego Batista Campos não estava junto ao povo que estava na fazenda de Malcher, viva escondido pelos interiores, sendo acolhido por conhecidos e amigos. Era conhecido, pela legalidade, como o grande agente do motim no Acará. Em um de seus esconderijos, em uma fazenda em Barcarena, foi acometido de gangrena, por conta de uma inflamação de uma espinha carnal. Mesmo com o auxílio de um amigo que era médico, quem lhe deu o diagnóstico, não havia muito o que fazer. No dia 31 de dezembro de 1834 o cônego faleceu, seu corpo foi sepultado na igreja paroquial, na capela-mor. (RAIOL, 1970)

“Com a morte e prisão dos dois principais chefes da revolta muitos pensaram que tudo ia serenar. Esqueciam porém que tanto um como o outro tinham parentes e amigos que respiravam vingança. O perigo era tão maior. Revolta sem chefe é como batel sem piloto, [...]. Em campo livre e sem guia, a demagogia se perde nos delírios das massas populares, [...]” (RAIOL, 1970 p. 540).

O cerco começa a se fechar contra a legalidade, o povo consternado com a notícia do falecimento do cônego Batista Campos e indignados com o ataque incendiário que sofreu a fazenda de Félix Malcher e, por conseguinte sua prisão e a morte de Manuel Vinagre, inicia sua organização, ainda mais pelo fato de as ações serem de conhecimento do presidente da província Lobo de Sousa. Não era simplesmente pelo sentimento de vingança que a população estava se organizando, como afirma Raiol. Eram as perseguições, as injustiças, as negligências, as opressões que diariamente a população era exposta.

Os chefes que restavam das várias expedições ao Acará se organizaram no sítio Nazaré da Boavista na Ilha das Onças, para tomar a capital obrigando a deposição do presidente da província e do comandante das armas, assim como soltar Felix Malcher e

aclamá-lo como o novo presidente da província. Assim se dará a articulação da eclosão do movimento cabano que ocorre no dia 07 de janeiro de 1835. (RAIOL, 1970)

João Aranha, filho de lavrador de posses do distrito de Guamá, informa na capital seus aliados sobre as decisões, assim como organiza os populares e militares da guarda nacional de sua confiança. Raiol identifica que Belém estava sendo tomada por homens do campo: “Nos primeiros dias de janeiro já se notava na cidade inúmeras pessoas desconhecidas que pelo andar e pelos trajas mostravam ser homens do campo” (RAIOL, 1970 p. 542). Um crioulo liberto conhecido como patriota reunia os populares da camada mais pobre, interessados em lutar. Guardas nacionais, praças do exército e homens das camadas populares estavam dando apoio ao movimento revolucionário, cansados das injustiças praticadas pelo governo de Lobo de Sousa como a falta de punição pela morte de Manuel e o incêndio da fazenda, a deposição do presidente e aclamação de um novo vindo do povo era o mais reconfortante.

Na madrugada do dia 07 de janeiro de 1835, sob comando dos irmãos Aranha são organizados os revoltosos que já estavam na cidade de Belém. Já sob as ordens de Antônio Vinagre avança para a cidade um grupo para tomar o quartel, com cumplicidade de alguns militares de diversas patentes eles facilmente assumem o quartel, esses militares também acompanharam os revoltosos cheios do sentimento de impunidade praticada pelos legalistas (RAIOL, 1970). Ou seja, os crimes praticados contra o povo que não foram punidos com o rigor necessário ficaram engasgados e foram lembrados.

O grupo que estava na localidade do Bacuri e da Memória, periferia da cidade onde vivia o crioulo patriota, marchou para o palácio do governo, sem dificuldades entraram, estavam em busca do presidente Lobo de Sousa e do comandante das armas Joaquim Santiago.

“Os cabanos andavam não mais carregando cestos, potes de água, tabuleiros ou roupas, mas as lazarinas, riúnas e facões. Não mais percorriam as ruas da cidade como indivíduos submetidos às diversas formas de trabalho compulsório [...]. Ocupavam os espaços, antes interditos a eles, por estarem ocupando lugares de subordinação/submissão sociais numa sociedade escravista. O trânsito pela cidade sem o controle do estado ou dos seus proprietários, inspirava horror ao espetáculo de “cores”. (FERREIRA, 1999 p. 152)

É emblemático essa tomada dos espaços públicos, destinados somente para a elite, pela população das periferias da cidade. Estes não estavam mais sujeitos aos mandos e desmandos do seu senhor ou patrão, transitavam livremente, nesse momento armados em busca de mudança, em sua luta social diária.

Em meio a invasão Santiago – comandante das armas – foge pelo jardim, mas encontra no caminho o tapuio Felipe que o matou, ainda recebeu coronhadas e golpes de baionetas<sup>8</sup> de outros cabanos (RAIOL, 1970). Lobo de Sousa não estava no palácio, mas em meio à confusão decidiu voltar ao palácio do governo, ao entrar foi reconhecido por João Aranha: “Ai está o Malhado!” E sem demora Domingos Onça o atirou “de mão certa” (RAIOL, 1970 p. 547)

Segundo Ricci “A morte era o fim de uma era e o início de outra [...] Era o fim de uma ordem mantida pela obediência e submissão dos pobres e mestiços aos brancos [...] tradicionais sustentadores dos corpos e mentes do novo século”. (RICCI, 2006 p. 537, 540). Essa é uma conclusão bastante reveladora sobre o significado das mortes das autoridades máximas no período da Cabanagem. Não somente a morte das autoridades, como também a dos portugueses que detinham em suas mãos o poder econômico e o político. Para a Cabanagem efetivar seu ideal revolucionário era preciso atingir o poder das autoridades intocáveis, transformando-as em culpados comuns, com punições comuns (RICCI, 2006). Na pessoa do Presidente da Província estava todo o sentimento de injustiça e arbitrariedade praticados pelo Estado, lembrando a perseguição sofrida por Batista Campos, por jornalistas, por populares, o incêndio na fazenda e a prisão de Félix Malcher.

“Arrastados para este lugar e lançados sobre a relva, os cadáveres de Lobo de Sousa e Santiago serviram de ludíbrio<sup>9</sup> à plebe”. (RAIOL, 1970 p. 549). Este foi o momento de punir as autoridades pelas injustiças cometidas, não só matar, mas determinar as punições comuns praticadas diariamente contra as camadas populares da cidade. “Espancamentos, açoites, palmatorias eram artimanhas punitivas muito comuns que os brancos [...] usavam para com os mais pobres” (RICCI, 2006 p. 533), essas eram as formas de punição institucionalizada, praticadas dentro da lei, que foram utilizados pelos cabanos na punição dos culpados, então a todo esse tipo de pena os cadáveres de Lobo e Santiago foram acometidos. Mas, mesmo dentro da lei instaurada os cabanos ainda foram chamados de violentos, identificamos assim a naturalização da violência praticada pelo Estado, que não era questionada sobre sua crueldade possuindo apoio da sociedade que não as sofria, a elite.

Retornando aos acontecimentos do dia 07 de janeiro, todos os presos na cadeia pública da expedição no Acará foram soltos. Logo após, Aranha envia um ofício a Fortaleza da Barra pondo Felix Malcher em liberdade e convocando-o para tomar posse do governo da província. (RAIOL, 1970). Então, Felix Antônio Clemente Malcher é aclamado pelo povo como o novo

---

<sup>8</sup> Arma branca: espécie de punhal.

<sup>9</sup> Ludíbrio: zombaria ou crueldade.

presidente da província, primeiro presidente cabano, com a presença de vários Juizes de Paz e de direito promovendo assim a legitimação de sua aclamação.

“A posse de Malcher revestiu-se com o aspecto de um ato legal, a qual acorreram o clero, militares, magistrados e povo. Depois de aclamação, seguiu-se a leitura da ata de posse, que foi assinada por todos os presentes”. (Apontamentos Históricos de Cametá - Arquivo da diocese de Cametá)

Em sua proclamação Félix Malcher justifica as ações do movimento cabano, assim como chama a atenção para o sofrimento da população paraense. Ele relembra das diversas opressões que sofrem, mas que agora a população não mais seria submissa a governos cruéis e injustos. Entretanto em seu governo ele acaba se tornando um articulador conservador, refletindo sua posição social de detentor de posses.

“Paraenses: esta província que, há muito tempo, gemia debaixo do férreo centro tirano rodeado de maus conselheiros, hoje deu o exemplo mais formidável dos efeitos na potência da opinião pública. Seus habitantes, ainda que de índole dócil e sofredora, provaram por seus atos deste dia que os governos do presente século não podem existir sem ela. Oprimidos de violentos atos e perseguidos sistematicamente por aquele mesmo governo, que os devia aliviar de seus males e proteger seus direitos” (RAIOL, 1970 p. 552).

Com a aclamação de Malcher uma nova realidade se vivencia no Pará, um popular ou um homem do povo e brasileiro se tornou presidente. Em seu discurso reconhece as dificuldades do povo, entretanto suas ações acabaram por reafirmar as antigas formas de governar. Além do mais não era a intenção de Malcher atender todas as reivindicações da população que lutou ao seu lado. Este era possuidor posses e dono de escravos, então a abolição da escravidão não seria uma realidade, mesmo sendo uma pauta fundamental para os negros, libertos e escravos, que aderiram ao movimento.

Bezerra Neto (2001) ao identificar em seu trabalho a sociedade em que a Cabanagem eclodiu, coloca em cheque as opressões suportadas por determinadas camadas dessa sociedade, estes buscaram então, diversas maneiras de resistência e a Cabanagem é um exemplo disso, onde populares e marginalizados entraram no movimento com suas várias reivindicações, organizando cabanagens dentro da Cabanagem.

## 1.2 CAMETÁ NA CABANAGEM

A cidade de Cametá foi palco de três marcos importantes no período da Independência e da Regência no Brasil, que foram as duas tomadas do governo legal por populares e a posse de Ângelo Custódio. Mesmo com todas as lutas populares pela efetivação do poder nacional promovido em Cametá na Independência e Regência, durante o movimento da cabano algo controverso acontece, pois ela se torna uma frente de reação, lutando ao lado da legalidade, organizando vários impedimentos aos cabanos que tentassem invadir a cidade. Além de se tornar sede do governo legal, existindo no Pará dois presidentes e duas sedes, uma em Belém e outra em Cametá.

Na eleição da Assembleia Legislativa Provincial o mais votado seria o depositário legítimo do poder público. (RAIOL, 1970) O mais votado foi o deputado Ângelo Custódio Correia, natural de Cametá, eleito como vice-presidente da província na ausência de alguma outra autoridade, sendo um personagem muito importante nesse período. Sua posse era esperada para que pudesse restabelecer a ordem pública na capital. Estava no governo provincial o segundo Presidente cabano, Francisco Vinagre, este atento ao resultado da eleição e que deveria cumprir a lei. (RAIOL, 1970)

O governo do Maranhão recebia constantes notícias dos acontecimentos no Pará, então decidiu auxiliar no restauro da ordem enviando uma força militar sob comando do paraense capitão-tenente Pedro da Cunha. Vinagre ao saber da articulação do outro governo tratou logo de e prevenir, reunindo seu conselho para decidirem o que fazer em caso de ataque contra a capital (RAIOL, 1970). Pedro da Cunha decidiu então logo antecipar a posse de Ângelo Custódio como vice-presidente, junto com a câmara de Cametá.

Atitudes como essas geram tensões, e foi o que ocorreu. Pedro da Cunha organizou estratégias para empossar Custódio, assim como expulsar os cabanos da capital, em represália Vinagre dificultou o desembarque deles no porto, impondo algumas condições. No dia 09 de maio de 1835, Ângelo Custódio chega a capital e é recebido por juizes de paz avisando que ele poderia desembarcar, mas sem as forças militares do navio. Entretanto, Custódio fez uma conta proposta, desembarcaria, desde que as pessoas que ainda estivessem armadas depusessem elas e abandonassem os pontos fortificados. (RAIOL, 1970). Por fim, nem uma, nem a outra proposta foi atendida por ambos os lados, acirando ainda mais os ânimos.

Ciente de que não mais seria empossado como novo vice-presidente da província, Ângelo Custódio decide retornar a Cametá e fazer reconhecer seu governo e autoridade na câmara do município. Em 22 de maio de 1835, uma sessão extraordinária foi realizada na câmara para a legitimação do representante legal, estabelecendo em Cametá a sede do Governo Provincial (RAIOL, 1970).

Cametá contava com as mãos de ferro de padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz, este organizou ações preventivas contra qualquer tentativa de invasão cabana na cidade e assim também possibilitou o recebimento da sede do governo. Desde o início do movimento cabano Prudêncio se declarou contrário, mesmo sendo partidário dos filantrópicos, partido de Batista Campos. (RAIOL, 1970). Com os “excessos” da Cabanagem ele se tornou defensor da legalidade. Um outro motivo para o posicionamento de Cametá contra a Cabanagem era o temor da elite local diante de uma possível perda de seus privilégios, organizando assim uma frente de reação aos cabanos, já que o movimento cabano tinha sua ação diretamente ligada a mudança na lógica do poder social e econômico (PANTOJA, apud CARDOSO, 2014). Teria então, outras formas de combater o controle lusitano sobre a província, sendo esses donos de várias posses e participantes do governo, senão pela luta armada.

Com as vilas de Tapajoz e Macapá, Padre Prudêncio estabeleceu um centro de bloqueio à Cabanagem. (RAIOL, 1970)

Por acordo da câmara, foi formado com as camaras de Macapá e Gurupá um convenio para resistir ao governo Vinagre. Não deixou o município cametaense sofrer as consequências das depradações dos cabanos que chegaram até a cercar a sede, onde o heroísmo do Padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz, que assumiu o comando da defesa e a organização da resistência, e tudo salvou. (Apontamentos Históricos de Cametá - Arquivo da diocese de Cametá).

Para garantir a ordem pública em Cametá, o juiz de paz, adotou algumas providencias: formou tropas militares de cidadãos armados e em vários locais da cidade estabeleceu destacamentos para fiscalizar a entrada e saída de pessoas. (RAIOL,1970). Mas para que esse tipo de controle tivesse um bom efeito, alguns grupos marginalizados sofreriam as consequências. Era imposto a população das camadas mais pobres e para os escravos, algumas proibições e censura como: castigos para ajuntamento de escravos após as sete horas da noite em tabernas, ruas e praças; castigo por andar sem bilhete de seu senhor; proibida reuniões sem prévia licença; punição a pessoas que aliciavam o povo. (RAIOL, 1970). Tudo

pela segurança pública, que estava restrita a elite local e ao centro da cidade, já que os instigadores das desordens estavam nas camadas pobres e nas periferias. Esta ordem pública tão buscada pelos legalistas não era vivenciada pelas camadas populares, já que diariamente sofriam com castigos, perseguições, prisões em sua maioria por simplesmente estarem em um espaço que não é pensado e mantido para eles.

Cametá já esteve sob comando de Ângelo Custódio como major comandante interino do batalhão das guardas nacionais. Em trocas de ofícios com o presidente da província Jorge Machado de Oliveira, Custódio reclama da falta de compromisso dos militares com suas obrigações de manter a tranquilidade pública:

“Em huma palavra, a falta do conhecimento dos seus deveres fas com q não apparecesse neste [...] hum só guarda para faser o serviço do destacamento. A autoridade do chefe he mui limitada para reprimir o espirito de desobediencia por isso rogo a V.Ex.<sup>a</sup> haja de providenciar o q for mais conveniente para deter a torrente de tantos males”. (Doc. 88 – Cód. 903 – Correspondências de diversos com o governo)

Ao analisar esse documento percebe-se que a vila era muito militarizada, então qualquer forma de insubordinação merecia total atenção, pois a probabilidade desses soldados se revoltarem e possivelmente se unirem aos cabanos era grande. Mesmo ainda não estando em voga a revolução cabana, pois o documento é 14 de outubro de 1833, mas os motins ocorridos em Cametá ainda estavam recentes, sendo estes promovidos por militares, então era melhor “prevenir do que remediar”.

Os documentos existentes com data do período da Cabanagem, em sua maioria, disponibilizados pelo Arquivo Público do Pará são durante o governo do interventor Manuel Rodrigues enviado pela Regência para pacificar a província, mas não efetivamente acabar com os cabanos. (PALHETA, 2009). Dessa forma o contato com o governo da província foi retomado, a maioria dos assuntos tratados, quando se fala de Cametá, era como combater os cabanos do interior.

Os documentos de correspondência trocados entre as autoridades de Cametá e o governo do interventor Manuel Rodrigues, presidente da província entre o governo do segundo e o terceiro presidente cabano, demonstram o receio que se tinha de uma possível invasão dos cabanos na vila de Cametá, já que eles estavam pelos arredores da cidade.

“Nós estamos ameaçados e cercados desses malvados reunidos em diferentes lugares, q vem a ser, Ilha da Conceição, q empedem as passagens dos viveres. Cupijó, donde lavendo muita farinha não se pode transportar para

esta villa por cauza desse ponto dos malvados”. (Doc. 106 – Cód. 903 – Correspondências de diversos com o governo)

Não existia somente o medo da ação bélica dos cabanos por parte das autoridades, mais também o receio da vila ficar sitiada e economicamente enfraquecida. Cameté vivia sob alerta, já que organizava inúmeros pontos de repressão com outras vilas contra o governo cabano. O bloqueio para o transporte de mantimentos era mais uma forma de articulação e enfrentamento organizada pelos cabanos nessa região para que suas ações pudessem ter efeito, pois os rios eram a principal forma de comunicação entre os lugares. Além do mais, é evidente a importância dos interiores para o funcionamento da vila de Cameté, sendo esses trabalhadores rurais não valorizados no modo de governar dos portugueses, detentores do comércio e política.

Portanto combater a ação dos cabanos era fundamental para garantir a ordem, como já dita anteriormente vivenciada apenas pela elite ou centro da cidade. Então, uma expedição é mandada para o conter os malvados ou ladrões do Cupijó<sup>10</sup>.

“Agora pelas duas horas da tarde chegarão prisioneiros, hum comandante dos ladrões; e quinse companheiros, q forão [...] por hum destacamento, que fasia parte da expedição de Cupijó; cujos ladrões ficão a ferro abordo das Escunas, Bella Maria e Mundurucú.

[...] porem o comandante e dois filhos deste, q são bastantes criminozos, pretendo manda-los fusilar quinta feira: esta demora inda hé por condescender com o Juis de Paz. (Doc. 116 – Cód. 903 - Correspondências de diversos com o governo)

“Em sua maioria constituída por tapuios e homens livres pobres, era grande a importância da vila de Cameté para a configuração política da província. Principalmente por se tratar de uma das maiores exportadoras de cacau e tabaco na época” (BRITO, apud CARDOSO, 2014 p. 29). Ana Renata Lima (2009) analisa ações praticadas pela população na região do Acará-PA, como ocupações de terras, saques e comércio clandestino, que eram relacionadas ao banditismo no período da Cabanagem. E que essas ações podem ser entendidas como componentes de diversas formas de enfrentamento ao poder agrário, latifúndio e forma de trabalho estabelecido. A autora identifica a terra como componente singular da cultura de revolta no período da Cabanagem. Essa mesma análise pode ser utilizada para entender as ações desses sujeitos, já que Cameté era grande exportadora de cacau, isso acarreta concentração de terra, trabalho compulsório e escravo, assim como

---

<sup>10</sup> Rio Cupijó, localizado distante do centro da Vila de Cameté no período da cabanagem.

desvalorização do pequeno produtor. LIMA (2009) retrata esse trabalhador rural que busca melhores condições de trabalho buscando várias formas de enfrentamento contra o trabalho compulsório, e são esses que se tornam parte da massa cabana. Vicente Salles analisa os cabanos como agentes políticos, já que lutavam contra a ordem estabelecida, olhando para os escravos e os negros libertos que participaram da Cabanagem (SALLES, apud BEZERRA NETO, 2001)

O resultado da expedição é a prisão de 16 ladrões, tendo no grupo o comandante e dois filhos. Não é possível identificar quem são esses prisioneiros, ou de que camada social pertencem, mas ao analisar suas punições e forma de tratamento impostas a eles podemos afirmar que são populares. A condenação de fuzilamento, quase que imediata, reflete na maneira como a legalidade gostaria de ser vista e de apresentar os “ladrões do Cupijó”, tornando exemplo de eficácia contra os revoltosos e do que são capazes de fazer com os cabanos.

## **CAPÍTULO II**

### **A MASSA CABANA NA MEMÓRIA DO POVO**

## 2 CABANAGEM NA MEMÓRIA DO CAMETAENSE

Nesse segundo capítulo será analisado o livro do Padre Tiago Thorlby “A cabanagem na fala do povo” (1987), ele aborda o movimento da Cabanagem de uma forma diferente “catando a memória perigosa do povo, devolvendo ao povo a história contada pela própria boca do povo” (THORLBY, 1987). O autor utiliza a memória de quem ouviu falar sobre a Cabanagem para narrar os fatos acontecidos antes, durante e depois da revolução cabana. Segundo PINTO (1998) “mais do que pura representação, a memória afirma-se diferentemente da história pela capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente” (PINTO, 1998 p. 207). Serão analisadas algumas entrevistas feitas pelo autor em Cametá, buscando na memória do povo o movimento da Cabanagem, suas permanências, reproduções e modificações, além de tentar buscar nas entrelinhas a ação da massa cabana que participou do movimento.

Em várias páginas do livro de Tiago Thorlby (1987) Cametá aparece em destaque pela contradição e consenso na construção de diversos discursos sobre a Cabanagem e os cabanos. As vezes a lembrança do acontecimento que a Cabanagem foi pode estar esquecida na memória do povo, pelas diversas formas de se fazer esquecer, mas que em determinadas circunstâncias reaparecem e ganham seu espaço. Assim como a reafirmação patrocinada por autoridades de um mito ou um título que reflete ou não a memória desse povo (BARBOSA, 1999).

Serão analisadas as entrevistas de alguns cametaenses, pois no livro existem muitos entrevistados e de várias localidades do Pará. As entrevistas analisadas são as do senhor Romeu Duarte Peres, branco de Cametá; Raimundo Penfort de Sena, negro de Cametá; Manuel “Duquinho” dos Santos Melo, mestiço de Cametá e Anselmo da Trindade, mestiço da periferia de Cametá. Cada um deles possui sua forma específica de expor o que foi a Cabanagem por suas memórias, assim como representam sua camada social e econômica e apresentam por meio desses aspectos suas visões sobre o movimento e o ser cabano. É nesse emaranhado de memórias e suas especificidades que se tenta buscar a massa cabana que participou da Cabanagem em Cametá.

Thorlby (1987) ao questionar um dos entrevistados a respeito das razões da Cabanagem este respondeu que:

“A cabanagem era o crescimento do movimento popular contra os portugueses e uma verdadeira independência. A cabanagem era para acabar com a humilhação da escravidão; para ter terra. Eram nativistas, querendo assumir a independência dos portugueses” (Francisco Penfort de Sena, apud THORLBY, 1987 p. 59).

Como foi exposto no primeiro capítulo as lutas pela efetivação da Independência do Brasil, em Cametá e em outras localidades, são possíveis gênesis do movimento cabano, esse também é o posicionamento do senhor Francisco Penfort ao afirmar “movimento popular contra os portugueses e uma verdadeira independência”. Mesmo o movimento cabano ocorrendo 12 anos após a adesão do Pará a Independência. Essas lutas também foram contra a forma de governo dos portugueses para com os brasileiros.

Victor Tamer é um dos memorialistas mais importantes de Cametá, suas obras sempre analisadas para estudos sobre Cametá, ele faz parte da elite intelectual e econômica da cidade. Em seu livro “Chão cametaense” (1998), ele também comunga da ideia de que com a Adesão do Pará à Independência os brasileiros teriam efetivamente seus anseios atendidos, quando na palestra pronunciada na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará ele afirma:

“A adesão do Pará à independência pareceu que seria uma garantia para a manifestação mais aberta dos nossos sentimentos patrióticos, pois estavam livres da submissão de tutelados. E como tal ninguém mais poderia admitir a intromissão dos portugueses no comando dos nossos problemas”. (TAMER, 1998 p. 37)

Continuando a análise da entrevista do seu Francisco Penfort, ele diz: “A cabanagem era para acabar com a humilhação da escravidão”, ao tratar sobre a escravidão o entrevistado expõe sua opinião sobre a situação dos negros naquela época, refletindo possivelmente sobre sua ascendência negra, que viviam ainda sobre as imposições do comércio escravista. O fim da escravidão com certeza era uma pauta fundamental para os negros, escravos e libertos, que viviam no Brasil que viram na Cabanagem uma possibilidade de lutar por sua liberdade efetiva.

Há estudos a respeito da Cabanagem afirmando que ela pode ter ocorrido por mais acesso à terra, onde pequenos agricultores expropriados de suas terras pegam em armas para lutarem por melhores condições de vida. Neste sentido, para Lima (2009), a terra é identificada como componente singular da cultura de revolta no período da Cabanagem (LIMA 2009). Assim também o senhor Penfort ao afirmar que a Cabanagem era “para ter

terra”, fazendo referência a essa população que decidiu pela luta armada para ter acesso ao seu pedaço de terra.

Em outras falas citadas por Thorlby (1987) destaca-se a do seu Romeu Peres: “A Cabanagem era uma invasão de pessoas que vinham atrás de qualquer coisa” (Romeu Duarte Peres, apud TORLBY, 1987 p. 60). Essa afirmativa “atrás de qualquer coisa” nos faz pensar sobre o que seriam essas coisas? Seriam por mantimentos? Por bens materiais? Por melhores condições de trabalho? Em outra entrevista é possível identificar o que seriam essas coisas.

Seu Anselmo Trindade diz: “A finalidade dos cabanos foi o preço da mercadoria que subiu. E a possibilidade dos cabanos de comprar era fraca – ou por que não queriam comprar por aquele preço. Então tiravam o dinheiro do rico para comprar as coisas” (Anselmo Trindade, apud THORLBY, 1987 p. 60). A carestia dos alimentos se torna um motivo possível para as ações cabanas, não tendo condições financeiras para garantir seu sustento diante do aumento dos preços, buscariam então, a solução retirando o dinheiro da minoria rica para comprar mantimentos para a maioria pobre, pois somente quem possuía posses poderia comprar os produtos por um alto valor.

Sobre a carestia dos alimentos Pasquale Di Paolo (1990) a analisa expondo as ações de cada um dos personagens importantes para a economia da província no período da Cabanagem. O grupo dominante português possuía a concentração dos preços dos alimentos, comprando barato a matéria-prima e repassando com valores altíssimos os mantimentos, monopolizando assim o mercado de industrializados. O que restava “aos homens das cabanas unir-se grupos sempre mais numerosos de escravos, que esperavam através da luta, a conquista da liberdade e a participação na cidadania” (DI PAOLO, 1990 p. 163). Estes homens das cabanas eram pequenos proprietários de terra, lavradores, foreiros, negros libertos, escravos e pescadores essa era a massa cabana envolvida na Cabanagem, em busca de melhores condições de vida, acesso à terra e liberdades.

Seguindo a análise dos depoimentos, eles divergem sobre os motivos das atitudes dos cabanos, mas não deixam de condená-las. Quando o senhor Romeu Peres afirma que os cabanos “vinham atrás de qualquer coisa” e seu Anselmo Trindade “tiravam o dinheiro do rico para comprar as coisas”, demonstra suas reprovações diante das ações cabanas, já que é terrível e contra as normas sociais roubar, furtar ou pegar algo que tenha dono, mesmo que seja para sua sobrevivência. A camada popular cametaense era, em sua maioria, pobre com dificuldade de acesso a melhorias, estando expostos as diversas formas de trabalho

compulsório e escravo, experimentam com a Cabanagem a possibilidade de mudança na sua situação social e econômica.

Victor Tamer também tem sua opinião sobre o que foi a Cabanagem, condenando assim como os entrevistados as ações dos cabanos:

“[...] grande epopéia da cabanagem vivida na resistência heroica que o valente padre-soldado Prudêncio José das Mercês Tavares soube impor, à frente dos denodados cametaenses, contra a invasão sanguinária daquela rebelião desvairada, que já dominava toda a Província do Pará”. (TAMER, 1998 p. 13)

Para ele os cabanos não passavam de sanguinários, herói mesmo somente o padre-soldado que organizou a resistência através da conhecida “trincheira que padre Prudêncio fez levantar circundava toda a periferia do lugar” (TAMER, 1998 p. 48), periferia da vila de Cametá. Então, para a legalidade da época pensar no povo tomando o poder que sempre esteve nas mãos de uma elite era algo inconcebível, assim também para Victor Tamer.

Ao ler a obra Thorlby, é possível identificar a partir de alguns relatos de que locais eram os cabanos:

“Os cabanos era gente da região. Andavam por todo o Amazonas. Rodaram a Ponta de Flechal e vieram para Cametá. Era um núcleo, como se chama, uma associação deles” (Manuel “Duquinho” Melo, apud THORLBY, 1897 p. 65).

Podemos verificar através do relato de seu Manuel Melo as localidades aonde o movimento cabano passou até chegar em Cametá, identificando também a população que se revoltou como sendo da região, assim como, a insinuação que poderia sim existir uma rede de informações dentro e fora da província do Grão-Pará, já que esses cabanos teriam vindo do Amazonas como afirma o entrevistado. Nesse sentido, RICCI (2006) discute a existência de uma possível rede de comércio de ideais: iluministas, de liberdade, igualdade da revolução Francesa, da revolução liberal do Porto, que circulavam pelo mundo naquele momento. Estas chegaram até os cabanos e fizeram com que eles ganhassem representatividade, além de reinterpretarem de sua forma as situações cotidianas. SALLES (2015), também quando se refere a população negra que participou do movimento cabano, salienta que esta teve acesso aos ideais de liberdade vindos da Europa, construindo nesse momento a possível rede de ideias, e que puderam impor suas reivindicações com a Cabanagem, sejam expressas por fugas ou pela luta armada.

Nas obras estudadas sobre a Cabanagem há referências aos líderes do movimento, deixando evidente que alguns eram proprietários de terra, de escravos, como é o caso de Felix Clemente Malcher e Cônego João Batista Campos, pertencente a igreja católica e a vida política. Isto também é visível no depoimento do senhor Anselmo Trindade ao afirmar: “Os cabanos eram do interior. Pensei que fosse povo baixo que fizesse essa revolução e não era: era gente de alto catalogo, categoria” (Anselmo Trindade, apud THORLBY, 1987 p. 65).

Mesmo sendo pessoas do interior do Pará, eram pessoas de posses como é o caso de Malcher que residia no Acará. Mas, não somente os líderes eram do interior como também a massa popular que participou da Cabanagem. Talvez seja intrigante para os estudiosos e pessoas comuns entenderem como parte da população aderiu a um movimento revolucionário, sendo este arquitetado por uma elite nacionalista paraense, que detinham prestígio na organização social do período, em conjunto com as camadas populares com o intuito de modificar a forma de governo, tomando a posse por meio da aclamação do povo, assim como mudar a situação social e econômica desses populares.

Entre os depoimentos é possível identificar dois discursos completamente discordantes em relação ao movimento cabano, enquanto um condena a forma de ação dos cabanos o outro justifica as atitudes tomadas pelos revoltosos. O primeiro é a opinião do seu Anselmo Trindade, que confirma o consenso social diante da Cabanagem ao dizer:

“Os cabanos apareceram por aqui na forma de uma revolução, fazendo coisas que não deviam fazer. Carregavam o que os moradores tinham. Enterravam quando não podiam carregar. Só carregavam coisas que tinham valor: ouro, prata. O povo tinha muito ouro. Pouco habitante, mas muito ouro. Os capitalistas tinham muito dinheiro. Alguns acompanhavam. Alguns morreram porque não queriam acompanhar os cabanos. Os cabanos não faziam nada a benefício do povo. Só mexiam naquilo que o povo tinha. [...] Levavam porque meu povo não podia forcejar” (Anselmo Trindade, apud THORLBY, 1987 p. 69, 71).

Analisando este relato evidenciado por THORLBY (1987), vem à tona algumas inquietações: Quem era esse povo que tinha ouro e prata? Era esse povo que podia comprar as mercadorias mais caras? Quem eram esses habitantes? Quem podia ser denominado habitante? Perguntas essas que podem ter resposta sim, mas servem também para refletir sobre a sociedade cametaense que vivenciou o movimento da Cabanagem. Cameté era grande produtora de cacau e tabaco, como já exposto na primeira parte desse trabalho, tem esse comércio dominado e concentrado na mão de uma elite portuguesa ou por seus descendentes, como afirma o próprio entrevistado havia “pouco habitante, mas muito ouro”, toda a riqueza

era somente de uma parcela mínima da sociedade, a concentração de renda gera desigualdade, pobreza e subjugação.

Já o segundo entrevistado é seu Raimundo Penfort que diz: “Os cabanos do Pará era uma revolução justa – uma levante sangrenta, mas justa. Os cabanos, sem armas, contra os fuzis do governo” (Raimundo Penfort, apud THORLBY, 1987 p. 71). Esse depoimento é completamente diferente do consenso sobre a Cabanagem em Cametá, nele se percebe a tentativa de construir um novo olhar sobre movimento afirmando ser uma “revolução justa. Cabanos sem armas, contra os fuzis do governo”, legitimando a luta dos cabanos diante das injustiças que sofriam, assim como condenando o governo pelas violências cometidas.

Cada discurso sobre a Cabanagem é composto de um referencial criado, seja pela história dos vencedores – a legalidade – ou a dos vencidos – movimento revolucionário. Desse modo suas representações são apropriadas e remodeladas, Barbosa (1999) discute essas representações:

“Os líderes eleitos que estavam envolvidos no movimento cabano, isto é, os que atuaram como “legalistas imperiais” ou como “cabanos” variavam de acordo com suas representações historiográficas e/ou apropriação política que consequentemente trouxeram diferentes significados em suas representações”. (BARBOSA, 1999 p. 110)

Novos sujeitos surgem para construir outras perspectivas e questionar as tradições criadas referente a Cabanagem. Em seu trabalho Mário Médice Costa Barbosa – “A invenção da cidade invicta: Entre a ação e a memória do anti-cabano padre Prudêncio e da samaumeira como símbolos de orgulho cametaense” (1999) – apresenta esses novos sujeitos que auxiliam na mudança do olhar sobre a tradição da “cidade invicta”. Seria a ala “progressista” da igreja católica com as Comunidades Eclesiais de Base, novo sindicalismo rural, o fortalecimento dos sindicatos, a formação de novos partidos políticos de esquerda e a importante implantação do campus da Universidade Federal do Pará. Mário Médice Barbosa afirma: “Interligados ou não, esses sujeitos sociais passarão a influenciar no redimensionamento da representação da Cabanagem em Cametá, ou seja, a hegemonia da glorificação simbólica dos cametaenses “começava” a ser contestada na localidade” (BARBOSA, 1999 p. 108). De alguma forma esses novos sujeitos auxiliaram para que fosse questionado as noções sobre as lutas cabanas, popularizada somente pelo olhar dos vencedores, que nesse novo contexto de luta não mais fazia sentido.

É interessante analisar se as opressões sofridas pela população, como expropriações, trabalho compulsório e escravo, não justificam sua luta armada. Essa reflexão, então abre

espaço novamente para a discussão sobre a naturalização da violência praticada pelo Estado, que pode ser feita analisando no depoimento do seu Francisco Penfort, onde essa forma de tratar os populares é aceita e respeitada, ou seja, levantar armas contra a população. Mas, não é somente a violência física, como também as arbitrariedades e opressões, pois quando essa violência é praticada pela população insatisfeitas com sua situação de vida, seja social e econômica, é considerada como barbárie e desordem, sendo imediatamente repreendida, controlada e combatida. Havia diversas formas de repressão e códigos de leis para a manutenção da ordem. Na construção do Estado imperial Barbosa (1999) explica que a ordem pública estava amparada pelo princípio de autoridade que se opunha a desordem e anarquia promovida pela massa popular que era considerada bárbara e inculta, e foi isso que aconteceu no Grão-Pará durante a Cabanagem quando a massa toma o governo legal. Toda forma de opressão estava direcionada as camadas populares qualquer contestação organizada por ela deveria ser imediatamente combatida, ainda mais por serem consideradas incultas, sem instrução ou capacidade.

Nesse sentido Ana Renata Lima (2007) discute em seu trabalho “Olhares sobre o outro: palavras e imagens das autoridades provinciais em tempos de rebeldia (Grão-Pará – séc. XIX) ”, a sociedade que eclodiu a Cabanagem, assim como as principais atitudes das autoridades da época contra a revolta. O Brasil e o Pará estavam dentro de uma organização social em que o poder estava nas mãos dos proprietários de terra, de escravos e de comerciantes, qualquer forma de contestação dessa ordem seria imediatamente combatida, como foi a Cabanagem, onde escravos, libertos e caboclos insurgiram com algumas reivindicações e contestações e foram fortemente atacados e derrotados (LIMA, 2007).

## **2.1 A “CIDADE INVICTA” E A REPRESENTAÇÃO DA CABANAGEM**

Permeia o imaginário cametaense o feito da “cidade invicta”, a frente de reação que a vila de Cameté construiu diante da Cabanagem. Então, essa história não poderia deixar de aparecer entre as memórias dos entrevistados. Em um depoimento esse momento é lembrado:

“Aqui foi o centro de resistência da Cabanagem. Meu pai falou isso. Durante muitos (anos), antes tinha aqui uma samumeira, que era símbolo da Cabanagem. Quando eles entraram aqui na cidade, os cabanos, eles vieram por aqui pela estrada. Cameté era vila, não era cidade ainda. Então entraram. Então papai disse que tinha mulher, Maria Pretinha, que vinha denunciar

para padre Prudêncio. E aí, Pe. Prudêncio... Ouvi dizer, então, que parte deles era índio, de Cametá; então Pe. Prudêncio mobilizou os caboclos: uma parte deles era índio – povo primitivo era camotas. E nesse tempo eles vieram. E Maria Pretinha veio e denunciou e foi também falar para eles. Era intérprete entre os cabanos e os daqui. Eles foram falar com o chefe deles para não se arriscar por que a cidade estava entrincheirada – fizeram uma grande cerca de arca. Ficou ao extremo desta estaca esta samaumeira, de maneiras que eles não passaram desta rua daqui. A samaumeira é uma árvore muito grande. Os cabanos não passaram da estaca que o Pe. Prudêncio fincou para proteger a cidade. Quando os cabanos não conseguiram entrar, voltaram. Voltaram, não se sabe para onde” (Manuel “Duquinho” Melo, apud THORLBY, 1987 p. 81).

Victor Tamer é um amante do mito da samaumeira, é talvez o símbolo mais lembrado em Cametá quando se fala em Cabanagem. Assim como na história contada por seu Manuel Melo, Tamer na palestra proferida no Centro de Cultura de Cametá relembra os passos da samaumeira:

“A bravura de padre Prudêncio, que não se intimidou com as primeiras incursões dos cabanos pela zona Tocantina, fez cercar toda a periferia da cidade por uma trincheira de madeira vigiada dia e noite. [...] uma dessas estacas que formavam a barragem da trincheira, em contato com a terra úmida, grelou e cresceu. E transformou-se numa frondosa samaumeira” (TAMER, 1998 p. 26).

A samaumeira é para o imaginário cametaense um símbolo-vivo da luta contrária à Cabanagem, que com o passar dos tempos acabou por perder um pouco de seu prestígio.

Mesmo com todas as ações de relutância arquitetadas pelo padre Prudêncio expostas no depoimento, importantes para a contenção dos cabanos, algo chama bastante a atenção que é a participação de uma mulher, Maria Pretinha, no depoimento ela aparece como uma espiã e intérprete entre as forças legalistas e a dos cabanos, sendo uma parte destes formados por indígenas. Maria Pretinha tem fundamental participação para as ações de proteção do padre Prudêncio, primeiro por ser utilizada como espiã para a aquisição de informações sobre o grupo cabano. E segundo como intérprete para a comunicação desses grupos em combate.

Sobre as mulheres na Cabanagem, Eliana Ferreira (2006) as analisa como sendo sujeitas ativas em todo o período da revolução. A autora nos mostra algumas formas de participação dessas mulheres, como: sendo mantedoras da família enquanto os homens estavam na linha de frente da luta e espiãs, dentro de uma rede de informações cabanas, ou para os próprios legalistas. Ou então como participantes efetivas do movimento cabano com a participação da família inteira. Outra forma era a de auxílio aos cabanos, seja com abrigo ou escondendo suas armas. Elas também reivindicavam seus direitos, pela morte dos maridos,

perante o Estado por meio de requerimentos. Mesmo sem necessariamente terem pegado em armas ou estando na frente de batalha, as mulheres participaram de diversas formas, e não foram só as mulheres dos cabanos, as mulheres dos comerciantes e autoridades também possuíam seus meios de reivindicação na sociedade. (FERREIRA, 2006)

Mesmo com todo o prestígio dado a Cametá, existe também um relato que contraria a construção da “cidade invicta”, em que o entrevistado diz: “As coisas a respeito da cabanagem foram inventadas. Deveria aparecer agora o movimento dos ‘Novos Cabanos’. A cabanagem não acabou: veja o povo na rua” (Raimundo Penfort, apud THORLBY, p. 94). Ao afirmar que a Cabanagem não acabou “veja o povo na rua” o entrevistado relaciona as lutas na atualidade por igualdade social, direitos básicos de acesso à educação e saúde, as ações revolucionárias da Cabanagem que buscavam mudanças na forma de governar, melhoria nas condições de vida e trabalho, fim da escravidão e a maior liberdade as camadas populares.

Aparece também um outro lado sobre a análise da construção ou até invenção do título de “cidade invicta” para Cametá, quando do senhor Raimundo Penfort alega que “as coisas a respeito da Cabanagem foram inventadas”. Essa afirmação é intrigante, pois coloca em cheque o imaginário construindo, colocando também um questionamento de qual seria o interesse na construção desse imaginário.

Mário Médice Barbosa (1999) é enfático quando se trata do título de “Cidade Invicta”, afirmando sua construção:

“[...] com o título de cidade invicta. Título inventado, que reflete e simboliza o tradicional orgulho cametaense pela vitória imposta aos cabanos. Nesse sentido, o título de cidade invicta para Cametá, devido a defesa “inexpugnável” movida contra os cabanos, possui um significado de tradição de cunho “inventado” no imaginário coletivo. Linguagem simbólica que traduz a grandeza de sua história, a qual foi apropriada politicamente pela elite cametaense.” (BARBOSA, 1999 p. 9)

Existem duas formas de se interpretar o movimento da Cabanagem e elas estão expressas nos dois depoimentos anteriormente analisados, o primeiro segue a história contada e patrocinada pelos legalistas e pró-legalistas – a história dos vencedores – em que Cametá conseguiu ser reação contra a Cabanagem, mantendo a ordem social vivenciada somente pela elite e centro da cidade. Já o segundo questiona a forma como a Cabanagem é contada, sendo está uma invenção, contrapondo ao primeiro depoimento, identifica também na população que ainda luta por melhores condições de vida na atualidade, alguns resquícios da Cabanagem.

Os guardiões da memória de Cametá fazem de tudo para que o imaginário da “cidade invicta” permaneça quase intacto na memória do povo, mesmo com as diversas mudanças de análise sobre o movimento da Cabanagem e os episódios vividos em Cametá. A história glorificada por esses memorialistas – pertencentes a elite local e política – é baseada no positivismo histórico, que cultua os grandes homens e notáveis da história. Desse modo o poder político e a elite intelectual procura institucionalizar determinados símbolos e novos rituais para que consigam explorar o imaginário da sociedade. (BARBOSA, 1999)

A história sobre a Cabanagem em Cametá é relativamente peculiar e diferente de outros lugares do Pará. Ter sido um local de repressão ao movimento cabano influenciou completamente a construção do imaginário cametaense. É comum encontrar o olhar da legalidade dentro dessa história, evidenciando de que forma o governo cametaense construiu a repressão:

“Em Cametá, durante uma reunião do Conselho Municipal extraordinário no dia 20 de março de 1835, as autoridades locais decidem se opor aos acontecimentos em Belém [...] os cabanos tinham subvertido a ordem [...]. As autoridades cametaenses também decidiram convidar as Vilas vizinhas próximas para ajudarem na manutenção do Império da lei e da ordem pública. (BARBOSA, 1999 p. 33)

Para uma determinada parte da sociedade cametaense era interessante que se mantivesse esse imaginário em suas mãos, para que sempre fosse lembrado o poderio das grandes famílias para a manutenção da ordem pública que somente elas vivenciavam em Cametá durante a Cabanagem.

Sobre a ação dos memorialistas Mário Médice Barbosa afirma ser fundamental para a realimentação de determinadas tradições e símbolos. Um exemplo é a imagem heroica do Padre Prudêncio que conseguiu conciliar suas atividades eclesiais com as de militar contra os cabanos, está imagem sempre está presente na memória coletiva seja pela apropriação ou pela ação desses memorialistas, algumas vezes ligados ao poder político.

A memória sobre a Cabanagem em Cametá existente é em grande maioria formada pela história oral, repassada pelos antigos, de pai para filhos e pelos intelectuais da cidade. Dessa forma é muito marcante o orgulho pelos grandes feitos da “cidade invicta”, assim como o grande apreço pelas homenagens a esse passado, mesmo sendo elas promovidas por uma elite política e intelectual. A exaltação dos homens notáveis tem uma grande influência no imaginário popular, servindo de exemplo moralizante e coesão-política, com propósitos e objetivos políticos (BARBOSA 1999). Conseguimos assim analisar o interesse de autoridades políticas na manutenção do imaginário cametaense, pois assim eles garantem a perpetuação de

seu objetivo político de coesão popular diante de suas ideias. Valorizam também a forma moral com que o cametaense deve se apresentar, pois são herdeiros da “cidade invicta”.

Além do poder político outra instituição tem relevante participação na construção e perpetuação do imaginário sobre a “cidade invicta” que é a igreja católica, tanto no período da Cabanagem na pessoa do Padre Prudêncio, como após pelas diversas “sacralizações” dos símbolos. Barbosa (1999) analisa a construção da tradição através das missas campais à sombra da samaumeira, símbolo-vivo da ação de Cameté contra a Cabanagem, pois somente após a missa que era iniciado as atividades cívicas de homenagem ao padre-soldado e outros símbolos de exaltação contra a Cabanagem. Dentro dessa análise é colocado em questionamento a importância da igreja católica para a legitimação dos símbolos, já que ela possuía um poder simbólico sobre as camadas populares. No imaginário de alguns populares, talvez não se sabia a finalidade daquelas missas embaixo da samaumeira, mas se estava sendo sacralizada pela igreja católica alguma importância deveria ter. Assim era possível e mais fácil a manutenção do imaginário referente a árvore e ao próprio padre Prudêncio.

Padre Prudêncio Tavares é um dos personagens dessa “epopeia” um tanto contraditório, que quando conveniente era um servente de Deus, mas que também matou, quando militar, muita gente em nome de uma ordem pública. Ao assumir a função de juiz de paz de Cameté comandou de forma rígida seus soldados, de forma ditatorial obrigava o alistamento nas corporações militares, mas respaldado pelo Código de Postura Municipal para garantir a ordem pública, caso fosse contrariado ou a lei não cumprida os culpados seriam considerados inimigos da ordem. Com suas mãos de ferro é exaltado como símbolo de orgulho em Cameté, deixando de ser um simples padre para se transformar em um sujeito superior aos demais, representante da identidade local, ou do que ela deveria ser (BARBOSA, 1999).

## **2.2 COMO TERMINOU A REVOLUÇÃO POPULAR DA AMAZÔNIA**

A partir do trabalho Thorlby (1987), se observa que quando se trata do fim do movimento cabano os discursos são concordantes:

“Afiml, foram se acabar por aí – alto Tucuruí, Marabá. Foram se acabando, se terminando. Foi terminada a vida deles. Porque o que eles fizeram por aqui, era para eles terminar. O povo de lá me contava. O povo de lá, o povo daqui. Os cabanos se acabaram daqui para fora. Até por aqui passaram,

fazendo aquela revolução [...]” (Anselmo Trindade, apud THORBY, 1987 p. 89).

Ou então,

“Os cabanos: e esfacelaram todo. Se dispersaram, porque atacaram com tudo. Foi o governo, foi o governo. Eles, os cabanos, souberam por alto que a polícia, o governo ia terminar com eles, prender eles. [...] Meu pai nunca encontrou com um cabano já velho” (Manuel “Duquinho” Melo, apud THORBY, 1987 p. 89).

“Os cabanos se acabaram” ou “esfacelaram todo” para os entrevistados esse foi o fim do movimento cabano, e também pode ser o consenso do imaginário do fim. Identificamos também a grandiosidade desse movimento dentro do território amazônico que se iniciou nos interiores mais próximos da capital, se espalhando, e teve seu fim também pelos interiores mais longínquos. Encontramos no depoimento de seu Manuel Melo um fio condutor para a discussão sobre o genocídio da população pobre, participante da Cabanagem e inocentes, durante a repressão aos focos de resistência no governo do general Francisco Soares de Andréa, quando o entrevistado diz: “meu pai nunca encontrou com um cabano já velho”, muito foram os que morrerem entre os anos de 1836 a 1840.

O terceiro Presidente cabano foi Eduardo Francisco Nogueira Angelim, o final do seu governo foi marcado por um forte bloqueio naval organizado pelo novo presidente nomeado Francisco José de Souza Soares Andréa. A estratégia era intensificar o bloqueio na capital isolando Belém por mar e por terra com os confrontos pelos interiores (Di Paolo, 1990). Com a saída dos cabanos de Belém se intensifica as perseguições para desorganizar o movimento. O Presidente organizou estratégias para controlar o povo nos interiores, então dividiu em nove comandos militares a província, sendo as principais autoridades chefes desses comandos, responsáveis pela conservação da ordem pública (BARBOSA, 1999).

Combater os cabanos era a principal questão do novo governo nomeado, foi então garimpado pela Província todas as formas eficazes de contenção dos cabanos para que pudessem ser usadas na capital e intensificadas pelos interiores. Cametá passa a ser ponto de referência, já que com sucesso havia resistido aos cabanos.

Muitos estudos sobre a Cabanagem mostram que os cabanos resistiram às forças legais até 1840 em diversas regiões do Grão-Pará. Bezerra Neto (2001) afirma que após a prisão de Eduardo Angelim, o movimento cabano não ficou sem líderes havendo sempre uma liderança

importante vinda das camadas pobres para levar o movimento em sua resistência até o ano de 1840. (BEZERRA NETO, 2001).

O início da saída dos cabanos de Belém foi no dia 12 de maio de 1836, a rota dos cabanos era o interior do Pará, a maioria das embarcações iam em direção ao Acará fugindo dos navios de guerra fundeados ao redor da capital. Algo não muito extraordinário, mas comum nas tardes da capital, auxiliou na fuga dos cabanos que foi a “copiosa chuva amazônica que parecia abençoar o comboio cabano que graças a escuridão causada pela chuva torrencial, encontraram refúgio” (Di Paolo, 1990 p. 319). Isso foi fundamental para não serem pegos em fuga pelo forte bloqueio naval.

No dia “13 de maio de 1836 os cabanos conseguiram furar o rigoroso bloqueio em pleno dia, deixando completamente vazia a capital” (Di Paolo, 1990 p. 319). Pasquale Di Paolo, faz uma crítica histórica as comemorações que evidenciavam o dia 13 de maio, o “dia da pacificação” de Belém, ou o fim do movimento cabano como o principal momento do período da Cabanagem. Os ideais positivistas introduzido a essa data fizeram com que por anos a história dos vencedores fosse exaltada sem o menor questionamento.

Como é apresentado no periódico Treze de Maio de 1840, em sua 1ª edição:

“Tendo de celebrar-se no dia 13 do corrente na Cathedral desta cidade pelas 10 horas da manhã um *Te-Deum Laudamus* em ação de graças ao Onipresente, por ser esse o dia aniversario da quelle, em que as tropas da Legalidade se apoderaraõ da capital [...]. Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Palácio do Governo do Pará 7 de maio de 1840. João Antônio de Miranda, Presidente”.

Somente mais tarde com auxílio das novas análises historiográficas e estudos sobre a Cabanagem que o marco do movimento foi definido como o dia 7 de janeiro de 1835, data da tomada de Belém pelos cabanos.

Di Paolo em seu trabalho: Cabanagem: a revolução popular da Amazônia (1990) condensa os acontecimentos no período final do movimento cabano, desde a saída dos cabanos da capital em 1836 até as mais fortes resistências em 1840. Por meio do posicionamento do autor analisaremos a participação de Cameté e as ações dos cabanos nesse momento final da Cabanagem.

A militarização da Amazônia, suspensão de garantias institucionais, poderes arbitrários centralizados nas mãos do presidente da província foram algumas medidas tomadas para controlar os cabanos fugidos. A forma com que padre Prudêncio conseguiu manter Cameté fora do alcance dos cabanos com suas ações militarizadas, ajudou Soares de Andréa

em algumas medidas, estas foram fortificadas na capital e pelo interior para a desorganização do movimento cabano. O resultado dessas medidas foi a prisão de Eduardo Angelim, está “significou para os cabanos desagregação definitiva e deu início ao definhamento progressivo da própria revolução” (DI PAOLO, 1990 p. 343). Sem seu último líder, o movimento cabano inicia seu definhamento, a luta armada centralizada não é mais uma realidade, então a forma mais eficaz de continuar a lutar por melhores condições de vida são os enfrentamentos individuais ou de grupos menores de cabanos.

As arbitrariedades de combate aos cabanos continuaram pelos interiores, como sinônimo de busca pela ordem pública. Como afirma Di Paolo a vitória legalista foi alcançada com alto preço: a mancha histórica do genocídio. Todo o poder de justiça estava sob poder de Soares de Andréa autorizado a prender sem culpa, conservar em prisão e a condenar ao exílio os indiciados. A lei que dava esse poder ao presidente da província era: “a disposição a respeito do jus vitae: pelo decreto de 4.11.1835, ele estava autorizado a executar sumariamente, sem apelo à regência, todas as sentenças de morte por crimes políticos. O prazo desse sumo poder também era absolutamente arbitrário” (DI PAOLO, 1990 p. 334).

A nova organização do governo contava também com novas alianças, então se organizou a união entre a maioria da igreja católica e o novo governo contra os cabanos. Não seria mais aceito relações entre religiosos e cabanos, estando a igreja em posição de subordinação aos mandos do Estado. Assim como, não era mais permitido fazer oposição ao governo como anos antes o Cônego Batista Campos tinha feito (DI PAOLO, 1990). Temos a ação da igreja católica agora contraria as atividades cabanas, em luta pelo restabelecimento da “sonhada” ordem pública. Cameté se torna exemplo a ser seguido, já que pelas articulações militares de Padre Prudêncio, este conseguiu defender a vila das ações dos cabanos, unindo sua atividade de padre ao seu militarismo.

Cameté diante da situação mantém sua posição contraria ao movimento cabano. Organizou novos alistamentos voluntários para o serviço militar em acordo as novas ordens do governo. Criou-se corpos de polícia com a finalidade de buscar a ordem pública (DI PAOLO, 1990). Esse foi o preço pago, a ordem pública foi encaminhada a qualquer custo, sem a menor contenção do ódio dos legalistas contra os cabanos e a moradores inocentes do interior.

Por meio de uma forte resistência, nos interiores ainda estava viva a luta popular, eram organizadas várias atividades de mobilização e enfrentamento. Os cabanos resistiram, muitos na região do Amazonas, mantinham seu poder de influência em meio a novas organizações.

“Estavam desagregados sem líderes e objetivos comuns; mas defendiam com o sangue o direito de viver em sua terra” (DI PAOLO, 1990 p. 347).

Com as novas alianças entre o governo da capital e as vilas foram criadas algumas importantes atribuições para as forças militares dos aliados. Di Paolo nos apresenta algumas e há uma que chama bastante atenção: “Recrutar as mulheres inquietas e sem ocupação honesta que perturbassem o sossego das localidades, mulheres revolucionárias” (DI PAOLO, 1990 p. 335). Analisamos no início desse capítulo as diversas formas de participação de mulheres, efetiva ou não, na Cabanagem. FERREIA (2003) nos mostra as mulheres na Cabanagem e algumas das possibilidades de suas participações no movimento e fora dele, seja no auxílio de alimentos, em abrigar cabanos ou nos meios jurídicos que elas poderiam utilizar em seu apoio. Nesse momento, o novo governo em caçada aos revoltosos, elas aparecem como uma preocupação que deveriam ser contidas, essas atribuições também servem de confirmação da participação efetiva de mulheres na Cabanagem, possivelmente na linha de frente de luta ou como aliciadoras de cabanos para a resistência.

Havia um rol de penas a serem impostas aos integrantes do movimento cabano pegos durante os combates promovidos pelo Estado, a mais comum era a obrigatoriedade de participar de corpo de trabalhadores nas vilas e na capital: como lavradores e nas obras públicas, a maioria era composta por índios mestiços e negros libertos (DI PAOLO, 1990). Os escravos encontrados não tinham outras possibilidades, eram imediatamente devolvidos aos seus donos. As ações do movimento cabano foram na maioria contra o trabalho compulsório e a expropriação de terra, a massa popular que pegou em armas sofria esse tipo de opressão e contra ela lutou, assim como antes da Cabanagem o governo legal utilizou o trabalho compulsório para controlar a população sedenta de melhorias em sua condição de vida.

É iniciado com essa forma de tratamento da população, promovida pelo governo de Soares de Andréa, o genocídio do povo. Foram organizadas expedições de combate aos cabanos e elas possuíam poderes absolutos: “Estavam autorizados a prender cabanos sem formalidades legais ou matá-los em caso de resistência, podiam também fazer revistas domiciliares a qualquer hora do dia e lugar atrás de um suspeito” (DI PAOLO, 1990 p. 343). As arbitrariedades antes praticadas contra a população, por qual se rebelaram, era agora legitimada pela busca incansável da ordem pública, não precisando nem mesmo do posicionamento da Regência do Brasil.

No ano de 1839 um novo presidente é nomeado: Bernardo Souza Franco. Este passou a buscar uma nova estratégia de lidar com os remanescentes da Cabanagem, ele havia

descoberto não só as violências a qual a população foi exposta, mas um verdadeiro genocídio. É colocado em questionamento a forma com que foi organizado a represália contra os cabanos, assim como a naturalização da violência praticada pelos legalistas: “Ninguém imagina os martírios de que foram vítimas os infelizes que caíram em poder das chamadas expedições! Falam somente da selvageria dos cabanos, e esquecem a brutalidade dos apregoados legais! ” (DI PAOLO, 1990 p. 350).

Aquela população que lutou por mudanças nas condições de vida, para ter acesso à terra e efetiva liberdade foi novamente exportada as diversas formas de violência praticadas com a legitimação das leis do Estado. As expedições eram verdadeiras caçadas aos cabanos:

“Os rebeldes, verdadeiros ou supostos, eram procurados por toda a parte e perseguidos como animais. Metidos em troncos e amarrados. Muitos dos entroncados nas viagens por canoas eram lançados nos rios, e outros muitos espingardeados nos calabouços. Houve até quem considerasse como padrão de glória trazer rosários de orelhas secas de cabanos” (DI PAOLO, 1990 p. 351).

Novamente as mulheres aparecem com grande relevância, elas também sofreram com as expedições: “Nem as mulheres deixaram de sofrer, eram presas, interrogadas e ameaçadas. Poucas se livravam das palmatorias e castigos, algumas também eram violentadas sexualmente, para entregarem possíveis crimes e cabanos” (DI PAOLO, 1990 p. 351). Da mesma forma com que elas participavam ativamente do movimento cabano, também sofriam as penas a qual o governo determinava aos suspeitos, até mesmo as mais violentas.

O fim da perseguição contra os efetivos cabanos e aos moradores do interior foi oficializada com a anistia excepcional concedida dia 4 de novembro de 1839, levando vários cabanos a depor as armas, até os indígenas do alto Amazonas colocaram fim as suas ações. A anistia geral foi decretada em 22 de agosto de 1840, os indiciados tinham que se apresentar as autoridades e assinar um termo de residência fixa, também foi aceito a anistia ao exílio poder colocado nas mãos do presidente da província (DI PAOLO, 1990).

Contudo, mesmo com as duas formas de anistia a caçada aos cabanos continuaram, e os resultados desse tipo de expedição são comemoradas, como se identifica na primeira publicação do periódico Treze de Maio, de 1840:

“Sñr. Communição à V. Ex.<sup>a</sup> para seu conhecimento e satisfação, e para que leve ao conhecimento da guarnição, que em Luzea acaba de se apresentar às Authoridades legaes nove centos e oitenta rebeldes com as suas armas, reunas, Clavinas, arcos, e flexas, capitaneados por Gonçalo Jorge de Magalhaens; Igual resultado talvez já hoje tenha ocorrido em outros pontos

[...]. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo do Pará 8 de maio de 1840. Sñr. Coronel Marcos Antônio Bricio Comandante das Armas desta Provincia”.

Além de identificarmos que as ações de perseguição aos cabanos continuaram, bastante ativas até 1840, por parte do governo. Também é possível identificar como era a composição dos rebeldes pelo tipo de arma utilizada, como os arcos e flechas, armas comuns utilizadas por indígenas, que participavam fortemente das resistências pelos interiores, como exemplo dos indígenas do alto Amazonas na primeira anistia.

Essas foram as iniciativas de Bernardo Souza Franco para se relacionar com as resistências cabanas ainda existentes, mas como não era a favor do movimento cabano se iniciou também a construção de uma amnésia histórica na população.

As forças passaram a convergir para a construção de uma amnésia histórica promovida pelo Estado e as instituições aliadas, era fundamental fazer esquecer o que havia ocorrido na Província do Grão-Pará. A história que passa a ser contada a partir dessas ações enaltece os vencedores, assim como tentam apagar a existência do movimento cabano, por meio de uma assepsia histórica, como afirma Eliana Ferreira (1999):

“Símbolos de reafirmação da ordem e enaltecimento dos grandes feitos das ações dos “pacificadores” da província, deveriam ser instituídos, como forma de higienizar, estratégia de assepsia histórica, não só do espaço físico da cidade onde desenrolaram-se os combates entre cabanos e forças legais; mas também, a memória coletiva a ser construída em torno do movimento enquanto acontecimento histórico. (FERREIRA, 1999 p. 105)

Outra forma de se fazer esquecer é a mudança do nome de ruas, ou até mesmo melhoramento e embelezamento das ruas e fachadas das residências. Essas ações são anunciadas pelos periódicos, e suas intenções também são explícitas:

“Mande essa Camara numerar todas as Casas da Cidade, e designar as ruas travessas, becos e largos com os nomes, que já tiverem ou que parecerem à Camara adequados. Recomendo, que se conservem os nomes, porque alguns desses lugares forem de longa data conhecidos, com a única exceção de que a huma das ruas principaes se dará o nome de Rua de -- Pedro Segundo, à outra o de -- Rua de Treze de Maio -- em atenção à ser esse o dia em que as tropas da Legalidade se apoderaram da Capital, à outra o de -- Rua do Andréa -- por ser esse o Delegado do Governo Supremo que reduziu à Paz a Provincia”. (Periódico Treze de Maio, 1840, 1ª edição)

Promovida pelo governo a história dos vencedores estaria por todos os lugares, assim como estariam auxiliando para que a revolução cabana caminhasse para o esquecimento. Ao

lembrar do general Andréa, por meio do nome de uma rua, é internalizado no imaginário que por ter “trazido a paz à Província” ele deveria se tornar um exemplo a ser seguido pelos paraenses. Assim como, determinar o 13 de maio como maior acontecimento no período de revolução, é valorizar a história legalista, aclamando os vencedores, construindo e induzindo dessa forma à higienização histórica.

O posicionamento da autora faz com que o trabalho de Tiago Thorlby (1987) ganhe importância, pois resgata através das entrevistas algumas memórias que ficaram esquecidas, sobre o movimento cabano, assim como as memórias promovidas por essas estratégias de higienização da história da Cabanagem. Então, é possível analisar os dois lados específicos dessa história, um sob o olhar do vencedor, onde Cabanagem era sinônimo de anarquia contra a ordem, e a outra a dos vencidos em que se evidencia a legitimidade das lutas cabanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ofício do historiador proporciona a ampliação do olhar diante de determinado tema, possibilitando uma análise diferente da qual estamos acostumados, ou que não temos contato na educação básica. Então como afirma Eliana Ferreira (1999), a investigação histórica proporciona ao historiador uma gama de possibilidades de recriação do passado o qual não pode ser apreendido em sua totalidade. Muitas inquietações que motivam o historiador a revisitar o passado, estão ligadas ao presente.

Inquietações construídas desde o início de uma vida escolar. É marcante no universo escolar se ouvir falar de uma revolução que movimentou a Amazônia, ainda mais porque seus organizadores tomaram o poder legal das mãos de seus algozes. Mais incrível é descobrir que sua cidade do interior, na Ilha do Marajó, foi “covil” de cabano. Mas esse é o olhar de uma aluna interessadíssima na história do seu lugar, pois na maioria das vezes a Cabanagem passa despercebida dentro dos inúmeros outros conteúdos ensinados na disciplina de história nas escolas. Foram esses os motivos que fizeram com que o movimento cabano se tornasse tema de pesquisa na graduação.

É interessante analisar um evento ocorrido a 180 anos, ainda mais por fazer parte de um rol de acontecimentos quase que esquecidos na história do Pará, ou melhor teve promovido seu esquecimento. Então, para a construção desse trabalho alguns pontos importantes tiveram destaque fundamental para que a análise pudesse ser concluída, que são: as ações da massa cabana, a Cabanagem em Cameté e a memória do movimento cabano, tanto pela análise das obras de autores, quanto pelas entrevistas utilizadas.

Ao trabalhar com a ideia de ações cabanas é preciso analisar as lutas anteriores como possíveis gêneses das reivindicações dentro do movimento cabano. Os períodos das lutas pela efetivação da Independência estão distantes da Cabanagem somente dez anos, ou seja, tempo suficiente para que exista um amadurecimento das consequências das primeiras lutas, assim como a organização, propriamente, da Cabanagem. Então, cada acontecimento de contestação anterior a Cabanagem, promovido por populares, foram analisados com o auxílio da obra de Domingos Antônio Raiol (1970). Evidenciamos algumas motivações como: a opressão vivida pelas camadas populares diante do poderio português, trabalho compulsório pelos interiores e fazendas e lutas por liberdade, como o fim da escravidão. Dessa forma, também é possível fazer a identificação étnica e social dos participantes dessas ações de

enfrentamento, como sendo trabalhadores rurais, tapuios, negros e indígenas: escravos e libertos, até mesmo pequeno proprietário de terra subordinado aos mandos portugueses.

Conseguimos identificar essas formas de enfrentamento em Cametá, tendo dois momentos importantes, está também foi palco das ações populares. Ao contrário de outras partes do território da Província, que amadureceu suas ideias de luta contra a legalidade e suas opressões, Cametá organiza sua repressão contra qualquer tentativa de enfrentamento de populares ao governo legal. Com as mãos de ferro de padre Prudêncio Tavares auxiliado as elites locais foi possível manter o controle da cidade, sob forte opressão as camadas populares. Nesse momento é construído no imaginário o mito da “cidade invicta”, principal componente quando se fala de Cabanagem em Cametá. Victor (1998) como memorialista da cidade exalta e perpetua em vários momentos, e eterniza em um livro o título de “cidade invicta” para Cametá. Contudo há quem conteste esse importante “símbolo” da Cabanagem em Cametá, Barbosa (1999) enfatiza em sua discussão as formas de construção desse imaginário, assim como a facilidade com que ele pode ser modificado e inventado com o passar dos anos.

A Cabanagem como movimento de contestação possuía reivindicações, com certeza foram os motivos que fizeram com que as camadas populares pegassem em armas para alcançar seus objetivos. As ações praticadas pelos governos contra a massa cabana, como: arbitrariedades, injustiças, opressões, trabalho compulsório e negligências, eram também parte das pautas de lutas, pois somente com o fim desse tratamento seria possível uma melhor convivência entre brasileiros e portugueses. Nesse sentido conseguimos identificar a massa que participou da Cabanagem através de suas lutas específicas dentro do movimento, que são eles: homens do campo, militares de baixa patente, indígenas, pequeno proprietário e negros, libertos e escravos. E esses objetivos foram alcançados em partes ou por um tempo por meio de fugas e da luta armada. “Daí a importância de mostrar quem estava presente” (FERREIRA, 1999 p. 202).

Quando trabalhamos com a memória como objeto de pesquisa nos deparamos com um universo cheio de discursos, sentimentos e conflitos. Todos os acontecimentos referentes a Cabanagem se organizaram de forma diferente na memória de cada pessoa que já ouviu sobre o tema, desse mesmo jeito foi com os entrevistados pelo padre Tiago Thorlby (1987), uns internalizaram a história massificada pela elite, história dos vencedores, já outros conseguem justificar a luta cabana diante da realidade que viviam. O imaginário de Cametá sobre a Cabanagem está recheado do simbolismo que se criou entorno do título de “cidade invicta”, a

crítica que se faz é que esse mito somente valoriza a história da legalidade, criando uma invisibilidade diante das pessoas que sofreram para que esse título pudesse existir. Já estava internalizado na organização social da época que as camadas populares eram propícias a revoltas, sendo assim deveriam ser contidas. Então, dessa forma foi possível que o padre-militar Prudência Tavares resistisse a Cabanagem.

É relevante ressaltar que invenções constroem esses imaginários, exemplo disso são as diversas formas de se fazer esquecer determinado acontecimento. A amnesia histórica construída sobre a Cabanagem, como: datas comemorativas, nomes de ruas e símbolos de enaltecimento a ordem, afetam até hoje a forma com que lidamos com esse tema, pois ainda é interessante para uma parcela da sociedade que esse movimento fique esquecido, que seja simplesmente mais um conteúdo escolar e não um exemplo a ser incorporado ou seguido pela população.

Este trabalho tem a intenção de ampliar os estudos sobre a Cabanagem para que ele não fique mais no esquecimento, ou somente nos estudos acadêmicos, mais para que seja possível o aprofundamento do tema em novas regiões e localidades, com outros sujeitos e novas significações para a luta cabana.

## FONTES DE PESQUISA

- FONTES ESCRITAS:

- a) Periódicos:

- A Sentinela Maranhense: Na guarita do Pará – período: 26 de setembro a 4 de outubro de 1834.

- Treze de Maio – período: 1ª edição, 13 de maio de 1840.

- b) Documentos oficiais:

- Arquivo da Diocese de Cametá - Apontamentos Históricos de Cametá

- Arquivo Público do Pará – correspondências de diversos com o governo:

- Códice 903 – Documento 88 – Ano 1833

- Códice 903 – Documento 106 – Ano 1835

- Códice 903 – Documento 116 – Ano 1835

- FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

- DI PAOLO, Pasquale. “Cabanagem: a revolução popular da Amazônia”. Belém: CEJUP, 1990

- RAIOL, Domingos Antônio. “Motins Políticos; ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835”. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. Vol. 1, 2 e 3.

- THORLBY, Tiago. “A Cabanagem na fala do povo”. São Paulo: Paulinas, 1987.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006

BARBOSA, Mário Médice Costa. “A invenção da cidade invicta: Entre a ação e a memória do anti-cabano Padre Prudêncio e da Samaumeira como símbolo do orgulho cametaense. Monografia. Universidade Federal do Pará, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. “A Cabanagem: A revolução no Pará”. In: Pontos de História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2001.

CARDOSO, Darcielly da Silva. “História e memorial cabano cametaense: simbologia e representações na contemporaneidade”. Monografia. Cametá: Universidade Federal do Pará, 2014.

FERREIRA, Eliana Ramos. “As mulheres na cabanagem: presença feminina no Pará insurreto”. In: Face da História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2006.

FERRERA, Eliana Ramos. “Em tempo cabanal: Cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX”. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999. (Dissertação)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Verdade e memória do passado”. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1998.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. “Olhares sobre o outro: palavras e imagens das autoridades provinciais em tempos de rebeldia (Grão-Pará – séc. XIX)”. XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. “Terra e trabalho como componentes das lutas cabanas no Acará-PA (Século XIX)”. XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2009.

*Massa* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [Consulta 2018-08-28 as 17:04]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/massa>

PALHETA, Aécio. “A revolução dos Cabanos. Em perguntas e respostas”. Belém: Editora Amazônia, 2009.

PANTOJA, Ana Renata R. Lima. “Terra de revolta”. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2014.

PIERRE, Achard... [et al.]. “Papel da memória”. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PINTO, Júlio Pimentel. “Os muitos tempos da memória”. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1998.

RICCI, Magda. “Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: Face da História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2006.

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. Publicação dezembro de 2006.

SALLES, Vicente. “A cabanagem, os escravos, os engenhos. In: O negro na formação da sociedade paraense. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SALLES, Vicente, “Bagatelas”. In: O negro na formação da sociedade paraense. Belém: Paka-Tatu, 2015.

TAMER, Victor. “Chão Cametaense”. Belém: 1998.